



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL

HELLEN PEREIRA OLIVEIRA

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E TRABALHO NO CAMPO DO SEMIÁRIDO

BAIANO: análise da realidade do município de Novo Triunfo – BA.

São Cristóvão – SE

2025

HELLEN PEREIRA OLIVEIRA

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E TRABALHO NO CAMPO DO SEMIÁRIDO

BAIANO: análise da realidade do município de Novo Triunfo – BA.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Jetson Lourenço Lopes da Silva.

São Cristóvão – SE

2025

CONDIÇÕES DE PRODUÇÃO E TRABALHO NO CAMPO DO SEMIÁRIDO

BAIANO: análise da realidade do município de Novo Triunfo – BA.

HELLEN PEREIRA OLIVEIRA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Sergipe como requisito parcial à obtenção do título de Bacharela em Serviço Social, sob orientação do Prof. Dr. Jetson Lourenço Lopes da Silva.

APROVADO EM: ___/___/___

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Jetson Lourenço Lopes da Silva. (Orientador)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof^ª. Dr^ª. Havana Maria Ribeiro Alves (Examinadora)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Prof^ª. Dr^ª. Jayce Mayara Mendes Medeiros (Examinadora)
Universidade Federal de Sergipe – UFS

Dedico este trabalho à minha querida tia Andréia (*in memoriam*), obrigada por ter sido o alicerce da família, amamos e sentimos a sua falta.

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, quero agradecer ao meu bom Senhor por ter me sustentado e amparado até aqui, sem sua graça e bondade jamais teria conseguido conquistar meu ensino superior, a Ti toda honra e glória.

Assim como, tenho que ser eternamente grata àqueles que fizeram do meu sonho o deles, a minha mãe Adriana Almeida e ao meu pai Jucimário Pereira, a minha conquista possui o suor, as renúncias e a confiança que vocês depositaram em mim, obrigada por tudo, espero honrar todo o esforço de vocês. Meu agradecimento, ao meu querido irmão, Pietro Arthur que como todo irmão mais novo, possui a habilidade de irritar e despertar o sentimento de proteção no irmão mais velho, te amo e que você também consiga realizar os seus sonhos.

Creio que conquistas são alcançadas através de oportunidades e pessoas que apoiam a nossa causa, por isso, meu agradecimento e um obrigada à minha família, aos Coalhadas e aos Maia, por me estenderam as mãos por diversas vezes e em especial, a Airan e Almeida, meus amados padrinhos que Deus retribua todo o carinho e cuidado que vocês tiveram comigo. Como também, agradeço às matriarcas, Carminha e Tica, e aos patriarcas, Manoel (*in memoriam*) e Nelson Maia, por serem as bases da minha família, meu amor eterno.

Meu processo formativo foi marcado por diversas pessoas que tornaram os momentos mais leves, agradeço as minhas amigas e amigos de infância, as minhas amadas primas e amados primos, aos colegas de apartamento que tornaram-se amigos e, sobretudo, as amigas que fiz na UFS. Mariana, Giullia, Natália, Beatriz e às Ingrid's, meu eterno carinho a vocês, que Deus reserve o melhor para suas vidas, obrigada por cada momento e por compartilhar os desafios.

Viva a Universidade Pública, que abre portas para as pessoas realizarem o ensino superior com qualidade. A Universidade Federal de Sergipe que por 5 anos foi a minha segunda casa, local no qual pude evoluir enquanto discente, pessoa e profissional, aos professores que contribuíram para esse processo formativo e em especial, Thalyta, Flávia, Yanne, Carla e Josiane. Como também, ao meu orientador Jetson Lourenço que contribuiu de maneira tão significativa para a realização deste trabalho, por mostrar-se paciente e compreensivo.

Muito obrigada.

*Ó donos do agrobiz, ó reis do agronegócio
Ó produtores de alimento com veneno
Vocês que aumentam todo ano sua posse
E que poluem cada palmo de terreno
E que possuem cada qual um latifúndio
E que destratam e destroem o ambiente
De cada mente de vocês olhei no fundo
E vi o quanto cada um, no fundo, mente*

*Vocês desterram povaréus ao léu que erram
E não empregam tanta gente como pregam
Vocês não matam nem a fome que há na terra
Nem alimentam tanto a gente como alegam
É o pequeno produtor que nos provê e os
Seus deputados não protegem, como dizem:
Outra mentira de vocês, pinóquios véios
Vocês já viram como tá o seu nariz, hem?
(Chico César - Reis do Agronegócio)*

RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo apresentar o estudo sobre as condições de produção e trabalho no campo do semiárido baiano com o recorte geográfico no município de Novo Triunfo-BA. Nesse sentido, mostrar os aspectos sociais, históricos, culturais e econômicos que compõem a realidade dos trabalhadores rurais baianos, desde o debate sobre a questão agrária brasileira, suas particularidades e imposições, até a importância da agricultura familiar para a economia e o desenvolvimento de políticas públicas para este setor. Início com o levantamento bibliográfico e de dados que permite conhecer o objeto de estudo.

Palavras-chave: Semiárido Baiano. Trabalhadores Rurais. Questão Agrária. Agricultura Familiar.

RESUMEN

El presente trabajo tiene como objetivo presentar el estudio sobre las condiciones de producción y trabajo en la región semiárida de Bahía con enfoque geográfico en el municipio de Novo Triunfo-BA. En este sentido, mostrar los aspectos sociales, históricos, culturales y económicos que configuran la realidad de los trabajadores rurales de Bahía, desde el debate sobre la cuestión agraria brasileña, sus particularidades e imposiciones, hasta la importancia de la agricultura familiar para la economía y el desarrollo de políticas públicas para este sector. Inicio con el levantamiento bibliográfico y de datos que permitan comprender el objeto de estudio.

Palavras-chave: Bahía semiárida. Cuestión agraria. Trabajadores rurales. Agricultura familiar.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Delimitação Semiárido Baiano	32
Figura 2 – Territórios de Identidade do estado da Bahia	42
Figura 3 – Extrema pobreza no estado da Bahia	45

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Série Histórica dos Censos Agropecuários - 1975/2017 – Brasil	26
---	-----------

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Efetivo de rebanhos em Novo Triunfo/BA (2023)	52
--	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Censo Agropecuário 2017	42
Quadro 2 - Produção de fruticultura no TI do Estado da Bahia.	46
Quadro 3 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Novo Triunfo/BA.	50
Quadro 4 - Produção Agrícola em Novo Triunfo/BA no ano de 2023.	52

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ATER	Programa Cisternas e Assistência Técnica Rural
CAF	Cadastro Nacional da Agricultura Familiar
CUT	Central Única dos Trabalhadores
CODETERs	Colegiados Territoriais
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CNA	Confederação Nacional da Agricultura
CNBB	Conferência Nacional dos Bispos do Brasil
CONTAG	Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
CIMI	Conselho Indigenista Missionário
CNS	Conselho Nacional dos Seringueiros
DNTR	Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais
FIA	Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INSA	Instituto Nacional do Semiárido
MAARA	Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MST	Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras
PIB	Produto Interno Bruto
PNAPO	Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica
PRONAF	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
SAF	Secretaria da Agricultura Familiar
SEI	Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TI	Território de Identidade

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO 01 – QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS PARTICULARIDADES NO SEMIÁRIDO DA BAHIA	16
1.1 Questão agrária e relações sociais de produção no campo	16
1.1.1 Particularidades da formação social brasileira e a questão agrária	19
1.2 O Semiárido baiano: principais elementos caracterizadores	26
1.3 Camponeses ou trabalhadores rurais: elementos para a compreensão das relações sociais de classe no semiárido rural	34
CAPÍTULO 02 – A PRODUÇÃO RURAL NO SEMIÁRIDO BAIANO: O PAPEL DO ESTADO	41
2.1 Produção rural no semiárido baiano: caracterização e particularidades socioeconômicas.	41
2.2 Dados da produção rural no Município de Novo Triunfo	47
2.3 O papel do Estado na produção rural	53
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

O exposto Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) se propõe a discutir o campo temático da questão agrária, analisada como um componente que se articula com uma complexidade de mediações à questão social, ao qual é resultante dos processos socioeconômico do sistema capitalista e sua busca incessante por lucros. O trabalho abordará aspectos da questão agrária brasileira: suas particularidades, seus agravantes, sobre seus tipos de produções, processos de trabalho, os trabalhadores rurais, o semiárido nordestino, em especial, o baiano, as políticas públicas para o desenvolvimento rural e entre outras questões.

A questão agrária é um dos pilares para a formação sócio-histórica brasileira. Formação social, que para Weisheimer (2008), equivale a uma “totalidade social” que na sua essência apresenta as forças produtivas nos mais diversos níveis de desenvolvimento tecnológico, relações sociais nas distintas produções e processos de trabalho. Sendo uma temática de interesse do Serviço Social, que nesse TCC se particulariza na compreensão da realidade rural baiana e na questão da desigualdade regional presente no semiárido, mas não perde as determinações universais da problemática, a exemplo das contradições que implicam o latifúndio na realidade da formação nacional.

O presente sistema econômico modificou o trabalho no campo, que diante do seu avanço ocorreu o agravamento da concentração de terras. Destarte, a terra e os recursos naturais transformam-se em meio de obtenção de capital com foco no mercado internacional e na ascensão da industrialização. Essa ação favorece uma minoria de proprietários e trouxe consigo consequências como a concentração de terra via latifúndio, a concentração de renda e poder, trabalho informal, condições de trabalho precárias, desequilíbrio da biodiversidade, pobreza e exclusão social. Contexto socioeconômico na qual estão inseridos os trabalhadores rurais assalariados e pequenos proprietários.

Faz-se necessário nesse TCC abordar o processo de acumulação capitalista, nota-se que para sua obtenção é utilizado ações abusivas de exploração e opressão sobre a condição humana. Na dinâmica do aumento ao lucro é justificado qualquer ação de destruição da autonomia do trabalhador, a expropriação da natureza e a apropriação dos materiais resultantes do trabalho coletivo. Com o capital monopolista - concentra o poder econômico e político nas mãos de pequenos grupos - o campo também é visto como meio de territorialização desse capital.

No processo de concentração de capital e fundiária, expulsam os camponeses de suas terras para virarem trabalhadores rurais assalariados, assim, “o trabalhador rural é, por isso, rebaixado para o mínimo do salário e está sempre com um pé no pântano do pauperismo” (Marx,

1988, p. 668). Também é importante analisar a implementação do desenvolvimento rural pelo Estado e sua relação intrínseca com o capital, seguindo um modelo de valorização do agronegócio.

Essa pesquisa tem a importância de apresentar a realidade social desses trabalhadores rurais, em específico, no semiárido baiano. Ela também é importante para romper com o senso comum que caracteriza a região do semiárido como miserável por causa da sua população e clima, essa ruptura seria pelo exercício da análise crítica sobre a vida social, suas relações e reproduções.

Ao observar a lacuna existente na exploração acadêmica sobre os trabalhadores rurais da Bahia, em especial da região semiárida, bem como o conhecimento limitado das condições de produção no campo, notou-se a viabilidade de elaborar uma pesquisa com ênfase na produção do conhecimento sobre a questão agrária e o processo de trabalho dos sertanejos baianos. Assim, o debate da resultante da pesquisa guarda um potencial de inspiração para a discussão dessas problemáticas na área das ciências sociais e, especificamente, para o Serviço Social. Esse estudo dialoga com o projeto ético-político do Serviço Social, pois este vai de encontro com os interesses da classe trabalhadora, dessa forma, a referente categoria profissional (assistentes sociais) pode compreender a realidade social dos trabalhadores rurais que vivem nessa região, levando em consideração o seu exercício profissional nas diversas políticas sociais dos interiores da Bahia e na qualificação no atendimento aos usuários que se apresentam no cotidiano das instituições. Além destas lacunas que geraram a oportunidade do projeto, existe a motivação pessoal da autora, descendente de um pequeno município baiano - Novo Triunfo - e atenta às expressões da questão social que se expressam na realidade baiana.

Com o objetivo principal de analisar as condições de produção dos trabalhadores rurais no semiárido baiano, recorrendo aos objetivos específicos: a compreensão do papel da produção rural do semiárido baiano para a formação social brasileira, mediante a caracterização do espaço rural no semiárido baiano e análise do papel do Estado nas políticas de desenvolvimento rural no semiárido.

Para a realização da pesquisa foi necessário a utilização do Método Materialista Histórico Dialético, pois é entendido como um método de interpretação da realidade, capaz de compreender as complexidades da vida social em mais diversas dimensões, tendo em consideração a formação sócio-histórica e econômica, as relações e reproduções sociais perante ao sistema capitalista, sua estrutura social, ideário políticos e culturais, as contradições do cotidiano que ocorre no seu interior um estado constante de luta entre si, denominado como “a

luta dos opostos”, ou seja, as lutas entre as classes sociais, seria a fonte para o desenvolvimento dos aspectos sociais.

A pesquisa deve utilizar técnicas e métodos para obtenção dos dados que fundamentarão o objeto estudado. Este levantamento de materiais encontra-se em livros acadêmicos, artigos científicos, dissertações e monografias que possibilitam o aprofundamento da pesquisa proposta. Dessa maneira, o uso de materiais/produções das ciências sociais, com especial destaque para o Serviço Social, em livros, artigos, TCC, teses, dissertações etc, terá como *locus* de busca o repositório da Universidade Federal de Sergipe (UFS), instituições públicas de ensino superior do estado da Bahia, acessando suas bibliotecas virtuais.

Para guiar a busca serão utilizados marcadores como: *trabalhadores rurais, semiárido, questão agrária, condições de trabalho rural*. Da mesma forma, efetuou pesquisas exploratórias na rede mundial de internet, em sites como google acadêmico e scielo para buscar trabalhos acadêmicos que possibilitem fomentar bases teóricas para o debate. Com a intenção de extrair informações sobre a formação sócio-econômica do Estado da Bahia e a importância da produção rural na localidade, os tipos de produções, as condições de trabalho, os manejos utilizados para o plantio e comercialização, caracterizar o espaço rural dentro do semiárido, quais políticas de desenvolvimento rural o estado local implementa, etc. Consumindo obras escritas por Karl Marx, José Paulo Netto, Josiane Soares, Jetson Lourenço e entre outros que oferecem discussões sobre a questão agrária.

No âmbito das pesquisas documentais serão feitas buscas por dados sociodemográficos no Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), Censo Agropecuário, no sites oficiais do Estado da Bahia, do Ministério da Agricultura e Pecuária, da Secretaria de Agricultura do estado da Bahia, entre outros, para coletar informações como faixa etária, classe econômica, gênero, escolaridade, renda, raça, tipos de produções, jornada de trabalho, divisão de terras, entre outras que possibilitem uma identificação desses trabalhadores rurais baianos e seu modo de trabalho. De resto, poderão ser feitos aproveitamentos de reportagens de jornais locais e até mesmo conhecimentos de outras áreas, mas de maneira a reinterpretar visando uma análise crítica sobre o tema.

Os elementos gerais apresentados aqui podem levar a um vasto conjunto de questionamentos e preocupações, que podem ir dos aspectos econômicos e culturais, dos índices sociais aos políticos. Para abordar esses aspectos da vida rural serão utilizadas abordagens como os levantamentos de materiais, tanto nos livros, artigos e monografias quanto em dados sociodemográficos e entre outros. Com a proposta de aproximar-se da essência do objeto estudado, de maneira crítica e analítica.

O trabalho em questão está dividido em dois capítulos e considerações finais. No primeiro momento, será abordado o estudo sobre a questão agrária e suas particularidades no semiárido baiano, expondo o debate sobre a conceituação do termo “questão agrária”, sua relação com o sistema capitalista brasileiro e as suas modificações ao longo do tempo. Além disso, traz a discussão sobre o trabalhador rural, os desafios, condições de trabalho, tipos de produção e a sua importância para a economia local. Assim como, a caracterização do semiárido baiano enquanto espaço rural. Já o segundo capítulo traz aspectos da produção rural realizada no semiárido baiano, delimitando, a realidade social do município de Novo Triunfo, os tipos comuns de agricultura e pecuária e, por último, as ações governamentais direcionadas para o desenvolvimento rural.

CAPÍTULO 01 – QUESTÃO AGRÁRIA E SUAS PARTICULARIDADES NO SEMIÁRIDO DA BAHIA

1.1 Questão agrária e relações sociais de produção no campo

As expressões da questão social são objetos de trabalho e estudo do Serviço Social, objeto esse resultante das contradições das relações sociais no sistema de produção capitalista. Tais expressões revelam-se como, por exemplo, na desigualdade social, pobreza, violência, precarização do trabalho, violações de direitos, discriminação de gênero, raça e etnia, entre outros. A questão social é um componente próprio do capitalismo, assim como, reproduz o sistema, por isso, “[...] esta não é uma sequela adjetiva ou transitória do regime do capital: sua existência e suas manifestações são indissociáveis da dinâmica específica do capital tornado potência social dominante.” (Netto, 2012, p.206).

Há uma relação entre a questão social e a questão agrária que não se estabelece por identidade nem diretamente, mas se firma mediada por processos que são próprios da dinâmica capitalista que condicionam a questão, a exemplo das condições de exploração da força de trabalho, da violenta expropriação, bem como da pauperização dos trabalhadores rurais e/ou camponeses, etc., que se correlacionam com a forma de apropriação da terra no campo. Somente nesse sentido é que se pode atribuir a questão agrária com uma correlação a questão social e o conjunto de suas expressões, pois a existência da primeira decorre de manifestações da segunda, ou seja, a questão agrária é decorrente das contradições socioeconômicas e políticas da sociedade capitalista.

Outra forma em que essa correlação se estabelece é através das determinações sobre as particularidades da formação econômico-social de algumas nações. No caso da formação brasileira, a questão agrária assume força como condicionantes da dinâmica capitalista, dos processos de acumulação, da forma de exploração estabelecida, dentre outros.

A questão agrária apresenta-se como uma mediação para entendermos os condicionantes primordiais da formação econômico-social brasileira, perpassando por uma relação melindrosa e contraditória entre a economia e política que determinam a produção e reprodução da vida social. Os condicionantes que perpetuam e reproduzem até a atualidade são:

A grande concentração da propriedade da terra sob a forma de latifúndio; a frágil acumulação primitiva de capital baseada, sobretudo, na produção primária de caráter acentuadamente agroexportador; as lutas sociais no campo,

como contradição da expropriação e espoliação sofrida por camponeses e/ou trabalhadores rurais. (Lourenço, 2019, p.47)

A relação entre a questão social e agrária desponta ao passo que esses condicionantes se manifestam como particulares da economia brasileira e se reproduzem ao longo da história como dinâmica própria para expandir e acumular riquezas para o capital. Dessa forma, asseguram “a profunda desigualdade social e econômica como traço característico nacional, do mesmo modo, esses mesmos condicionantes também reforçam a subalternidade política dos setores mais pauperizados no campo.” (Lourenço, 2019, p. 47)

Este capítulo propõe-se em discutir sobre a questão agrária brasileira, suas problemáticas e suas particularidades que se apresenta como um processo de acumulação capitalista, para Weisheimer, Araújo e Leher (2022, p. 242)

A questão agrária resulta da própria dinâmica do desenvolvimento do capitalismo e de sua lei geral de acumulação, em que a produção da riqueza é indissociável da produção social da exploração, das expropriações e da pobreza. Trata-se, portanto, de uma expressão do desenvolvimento [...] das relações capitalistas na agropecuária em suas cadeias produtivas globais de produção de valor.

O conceito “Questão Agrária” é utilizado pela crítica da economia política para explicar os conflitos e contradições sociais no campo. Seguir por esse viés afasta o conceito da questão agrícola que, por sua vez, resumisse em aspectos da própria produção como, por exemplo, o que se produz, preço e quantidade. Já a questão agrária está atrelada à organização do trabalho e os tipos de produções no campo, mais a qualidade dos trabalhos, as rendas das famílias e o número de trabalhadores ocupados na produção agropecuária (Silva, 1981, p. 05).

Para firmar o sistema de produção capitalista foi preciso separar os trabalhadores dos meios necessários de produção. Essa desvinculação é primordial para o processo de acumulação capitalista, visto que o capital precisa de trabalhadores livres e que possuem somente sua força de trabalho para vender. Essa transformação social é interessante para capturar a “força de trabalho, que colocada em operação criadora de mercadoria reproduz o capital com sua potência de subsumir essa mesma força de trabalho à reprodução continuada da forma social produtora de mercadoria” (Lourenço, 2019, p.57).

Vale salientar que o meio principal da produção agrícola é a terra e é por ela que ocorrem os conflitos sociais que permeiam a questão agrária, pois a propriedade fundiária brasileira separou a classe trabalhadora rural do seu recurso de sobrevivência ao se apropriar dela. “[...] a separação do trabalho livre das condições objetivas de sua efetivação – dos meios e do material

do trabalho. Isso significa, acima de tudo, que o trabalhador deve ser separado da terra enquanto laboratório natural”. (Marx, 1991, p. 65)

A desapropriação do trabalhador da terra, permite ao capital o meio necessário para sua reprodução que a relação mercantil que estabelece na relação entre o capitalista que detém os meios de produção e compra a força de trabalho, e a classe trabalhadora que tem como mercadoria própria sua mão de obra.

Somente consolidadas as condições para que o capital pudesse se auto reproduzir como força societária por meio de leis econômicas, personificadas de um lado pelo capitalista e de outro lado pelo trabalhador, estabeleceu-se o processo contínuo de conversão da mais-valia em capital, como forma de reprodução ampliada. Ou seja, na reprodução ampliada do capital, o trabalho excedente não pago ao trabalhador é capitalizado. (Lourenço, 2019, p.56)

A problemática que permeia sobre a propriedade a terra, a sua distribuição, o seu acesso e concentração no Brasil também implica na acumulação capitalista, pois

A própria terra, como propriedade privada de uma classe particular de indivíduos, posteriormente, a partir dessas condições, metamorfoseou-se e desenvolveu-se sob a forma de capital. Concentrada por essa classe particular de indivíduos, a propriedade fundiária se estabeleceu também numa determinação social e econômica que efetivamente retira do trabalhador a posse de seus meios de trabalho para organizar a acumulação privada de riqueza. (Lourenço, 2019, p.58)

Os condicionantes para a reprodução do capital permitiram seu estabelecimento, assim como permite auxiliar na incontornável reiteração das contradições que são inerentes à produção e reprodução da dinâmica que move a sociedade capitalista.

No cenário atual, a concentração de terras, o empobrecimento rural e os conflitos pela terra revelam as contradições da questão agrária. O Censo Agropecuário de 2017, ao utilizar o índice de Gini, indica que quanto mais se aproxima do nº 1, maior é a desigualdade rural. Assim, em 2017 “registrou 0,867 pontos, patamar mais elevado em relação aos dados verificados nas pesquisas anteriores: 0,854 (2006), 0,856 (1995-1996) e 0,857 (1985)” (IBGE, 2020). Nesse sentido, observa-se que a desigualdade rural tem crescido, expondo as marcas da formação social brasileira, fortemente ilustrada pela desigualdade em todos os planos da vida social. A crescente desigualdade rural que se revela não é somente a expressão da reprodução de características da formação brasileira, tampouco é fruto do acaso, ela é a afirmação de que as

relações sociais no campo sofrem com as determinações capitalistas e estão condicionadas pela Lei Geral da Acumulação Capitalista.

Um dado também importante é sobre a pobreza rural, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em 2019, “17,4% da população rural vivia abaixo da linha da pobreza internacional, porção quase quatro vezes maior do que a urbana. Quando avaliada sob os parâmetros da linha de pobreza nacional, percebe-se que para cada pobre da área urbana, existem 2,32 pobres no campo” (IBGE, 2019 *apud* Troian *et. al*, 2021, p.05). Isso permite afirmar que as condições de pauperização no campo são mais intensas do que nas regiões urbanas.

Além disso, outra problemática presente no meio rural são os conflitos no campo, o site “Conselho Indigenista Missionário (CIMI)” publicou em outubro de 2023 a análise dos dados parciais realizado pela Comissão Pastoral da Terra (CPT), que aponta que no ano de referência, especificamente no 1º trimestre

foram registrados **973 conflitos** no campo, representando um aumento de 8% em relação ao mesmo período de 2022, quando foram registrados 900 conflitos. Este dado faz o primeiro semestre de 2023 ficar em 2º lugar nos últimos 10 anos, sendo superado apenas pelo ano de 2020, quando foram registrados 1.007 conflitos. (CPT *et al*, 2023 *apud* CIMI, 2023)

Não é obra do acaso que os conflitos rurais tenham crescido, pois o ano de 2023 ainda refletiu um dos períodos mais sóbrios na história mais recente do Brasil, por meio da ampliação das contradições que têm raízes na formação social nacional, já que esse período representou a chegada ao Governo Federal de representação da extrema-direita através da figura de Jair Bolsonaro, cujos setores da burguesia agrária (latifundiários, madeireiros, grandes empresários do agronegócio, etc.) não só manifestaram apoio incontestável quanto obtiveram grandes privilégios aos seus interesses econômicos e políticos.

O crescimento dos conflitos rurais no período em questão foi resultado, no plano das lutas sociais e de classes, das históricas contradições que se tornaram mais visíveis. Pode-se dizer que o conflito no campo também é uma marca das contradições da formação social brasileira.

1.1.1 Particularidades da formação social brasileira e a questão agrária

Considerando as particularidades da formação social brasileira, o processo de colonização se desenvolveu com base nas capitânias hereditárias e seus donatários, como

também, no sistema das sesmarias que tinham como objetivo a distribuição e a exploração de enormes faixas terras, entre aqueles que detinham poder aquisitivo, com a finalidade de desenvolver atividades produtivas voltadas para o comércio e para a agricultura. Essas atividades se estabeleceram pelo uso da exploração do trabalho escravo primeiro de indígenas e depois dos negros.

A colônia brasileira produzia demasiadamente para exportação e sua produção era totalmente voltada para o interesse da grande metrópole, neste caso respondiam à Metrópole de Portugal, ou seja, todo o cultivo e escolha do que seria cultivado era determinado pela metrópole, exemplo disso, foi a grande monocultura de açúcar e café. Enquanto exportavam toda a produção, o Brasil também participava do comércio que importavam e escravizavam os negros, essas atividades garantiam a lucratividade a essas capitais. (Silva, 1981)

Durante esse momento da história brasileira, as classes sociais predominantes eram os senhores de escravos e os próprios escravos. Contudo, havia outros segmentos sociais como, por exemplo, os pequenos agricultores que desempenhavam papel importante para produção alimentícia. Eles cultivavam em pequenos lotes de terras os alimentos ou pagavam a esses grandes latifundiários pelo empréstimo de pequenos espaços de suas terras para prover sua própria subsistência, assim como, comercializavam em feiras o restante da produção.¹

Os alimentos produzidos nos latifúndios eram de responsabilidade dos escravos ou dos pequenos agricultores que pagavam pelo pedaço de terra, mas como foi afirmado, a produção nos latifúndios dependia dos interesses das metrópoles coloniais. Então, os alimentos para subsistência eram esquecidos para priorizar as demandas de Portugal, assim, José Graziano da Silva pontua que

[...] a produção de alimentos do latifúndio variava muito em função do preço do seu produto principal destinado à exportação. Por exemplo, quando o preço do açúcar (e mais tarde do café) subia no mercado mundial, todas as terras e os escravos eram utilizados para expandir a sua produção, diminuindo assim a produção de alimentos. Nesses períodos havia fome na colônia e as autoridades estimulavam os pequenos agricultores a expandirem sua produção, para abastecer não só as vilas e cidades, conflito às vezes os próprios latifúndios. (1981, p. 10)

¹ É importante salientar que a produção desses pequenos agricultores era voltada para própria subsistência e a comercializavam era residual, ou seja, aquilo que restava. Essa comercialização não respondia ao problema da fome da colônia, visto que a maior parte do plantio das terras e do trabalho dos escravos eram utilizados para expandir a produção para exportação.

Com a destituição do regime das sesmarias junto com a inexistência de legislações para regulamentar a posse das terras devolutas (terras públicas sem funcionalidade e sem donos), assim como, o declínio do regime escravocrata contribuiu para o processo de apossamento das terras por parte dos pequenos produtores na região do Sul no país. Esses acontecimentos apresentavam-se como um perigo para os latifundiários, visto que a mão de obra se tornou “livre” e poderiam ocupar esses espaços, contudo, a legislação da Lei da terra (1850) que proporia no Art. 1º “ficam proibidas as aquisições de terras devolutas por outro título que não seja o de compra”. Destarte transforma a terra em propriedade privada, essa lei favorecia os ricos, pois a lei determinava preços exorbitantes para essas terras, com a finalidade que aqueles que precisavam vender sua força de trabalho não pudessem adquirir tal propriedade, sendo inacessível para os recentes libertos e os pequenos produtores.

A terra urbana (assim como a terra rural) ocupa um lugar central nessa sociedade. O poder social, econômico e político sempre esteve associado à detenção de patrimônio, seja sob a forma de escravos (até 1850), seja sob a forma de terras ou imóveis (de 1850 em diante). Essa marca - patrimonialismo - se refere também à privatização do aparelho de Estado, tratado como coisa pessoal. O patrimonialismo está ligado à desigualdade social histórica, notável e persistente, que marca cada poro da vida no Brasil. E essas características, por outro lado, estão ligados ao processo de exportação da riqueza excedente para os países centrais do capitalismo. (Maricato, 2015, p. 15)

A estrutura fundiária no período colonial tinha como base o trabalho e produção escravista, a implementação do mercado de tráfico de escravos, especificamente dos negros, foi justificada pela escassez de mão de obra presente na colônia. Contudo, o racismo enraizado no ideário da população, reforçado pelos intelectuais conseguiram subjugar toda uma raça.

Cabe tão somente lembrar que o reduzido desenvolvimento mental da população submetida à escravidão provocará a segregação parcial desta após a abolição, retardando sua assimilação e entorpecendo o desenvolvimento econômico do país. Por toda a primeira metade do século XX, a grande massa dos descendentes da antiga população escrava continuará vivendo dentro de seu limitado sistema de “necessidades”, cabendo-lhe um papel puramente passivo nas transformações econômicas do país (Furtado, 2000, p. 145).

Por meio dessa mesma lei e discursos racistas, contribuíram para que o Império brasileiro financiasse a vinda de estrangeiros para substituir a mão de obra escrava no campo. Tal processo migratório tinha sobre as entrelinhas embranquecer a população. Foi usado como pretextos diversos, dentre eles um se sobressaiu: “o argumento era grotesco: importar mão-de-obra apta ao novo processo de produção resolveria o problema da falta de trabalhadores(as)

qualificados(as) e, ao mesmo tempo, evitaria a degenerescência da nação branqueando-a.” (Gonçalves, 2018, p. 516).

Os negros após a abolição migraram para as cidades para impulsionar o processo de urbanização e o surgimento de pequenas fábricas, contudo, “egressos(as) das senzalas, foram encurralados(as) nas áreas mais precárias para fincar suas moradias, constituindo as primeiras aglomerações de favelas e compondo a grande franja de marginalizados(as) criada pelo modo de produção que surgia.” (Idem, p.517)

A constituição do capital no campo impôs maior intensidade da produção agropecuária, inserindo a tecnologia para os cultivos, assim como, modificando suas relações sociais. Apesar da estrutura agrária baseada na concentração de terras, dito como atrasado para o desenvolvimento capitalista, não se apresentou como um impedimento para a constituição do capitalismo no Brasil, pois sua manutenção partiu por questões políticas envolvendo interesses e poder de grupos dominantes. De acordo com Netto (2006), no Brasil, o desenvolvimento capitalista não se operou contra o atraso, mas mediante a sua contínua reposição em patamares mais complexos, funcionais e integrados.

A indústria gradativamente vai assumindo o comando do processo de acumulação de capital: o país vai deixando de ser " eminentemente agrícola" [...], a industrialização se faz pela "substituição das importações": um determinado produto que era comprado no exterior, passa a ter sua produção estimulada no país através de barreiras alfandegárias, [...]. Mas vai ficando cada vez mais difícil essa substituição. Antes eram tecidos, louças, chapéus; agora são eletrodomésticos, carros, que precisam ser produzidos internamente. E para isso se faz necessário primeiro implantar a indústria pesada no país: siderurgia, petroquímica, material elétrico, etc. (Silva, 1981, p. 11)

Contudo, foi preciso pequenas mudanças no seu interior para adaptar-se à recente industrialização brasileira, a agricultura tornou-se consumidor dos bens de consumo produzidos pelas indústrias “pesadas” como foi o caso das compras de tratores e equipamentos agrários com o incentivo do Estado através de políticas voltadas para a compra dessas produções. Como também, precisou aumentar as ofertas de matérias-primas para essas indústrias e alimentos para o comércio interno. As particularidades da formação social e econômica do Brasil entrelaçado com a expansão, apropriação e exclusão dos monopólios capitalistas colocam este país no lugar de suprir com a indústria primária. (Silva, 1981)

Tais transformações implicam na utilização de inseticidas, máquinas, maior consumo de adubos e, principalmente, da mão-de-obra assalariada. A tecnologia inserida com intuito de

aumentar a produtividade poderia fornecer ao trabalhador rural maior tempo em outras dimensões ou momentos da vida social como, por exemplo, lazer, contudo

É importante voltar a lembrar que o objetivo das transformações capitalistas na agricultura (como em toda a economia é o de aumentar a produtividade do trabalho. Isto é, fazer com que cada pessoa possa produzir mais, durante o tempo em que está trabalhando. No sistema capitalista, quando o trabalhador produz mais, quem ganha é o patrão. É ele que aumenta seus lucros. Por isso, o sistema capitalista acumula riqueza de um lado e miséria de outro. (Silva, 1981, p.08)

Entre essas modificações, o modo de trabalho também mudou com a constituição ou consolidação do capitalismo no país, exemplo disso é o enraizamento dos trabalhadores assalariados e no campo não foi diferente.

a formação originária do capital, associada ao longo e reiterado processo de formação do proletariado, marca a acumulação primitiva de capital como um dos pressupostos para o desenvolvimento da sociedade capitalista, porque é o processo histórico fundante que dissocia o trabalhador dos meios de produção que antes tinha posse. (Lourenço, 2019, p.58)

Há uma correlação entre o processo de assalariamento no campo e o processo de expropriação e concentração da terra no meio rural. Essa correlação irá se manifestar também na forma de acesso dos trabalhadores rurais e outros segmentos de fração da classe que vivem do próprio trabalho no campo. Não obstante a isso, é importante lembrar também que uma das determinações para o assalariamento e quantitativo de trabalhadores no campo está a forma de produção e o desenvolvimento das forças produtivas no setor.

Os trabalhadores rurais assalariados, os proprietários minifundistas, possuem uma propriedade menor que 50 hectares com base na agricultura familiar, com o rendimento de 1 ou 2 salários mínimos. Os posseiros utilizam-se de uma área de 20 hectares com a organização do trabalho com base familiar, contudo, sem possuir a propriedade juridicamente o que os tornam vítimas dos grileiros que aproveitam a falta de títulos para tomar as terras, prática que resulta em diversos conflitos no campo. Temos também os pequenos rendeiros que são grupos tidos como parceiros que pagam aos proprietários de terra pela utilização da mesma, esses pagamentos podem ser em dinheiro, em produtos ou até mesmo pela mão de obra. E por último encontram-se os empregados assalariados que trabalham em propriedades grandes de modo fixo como, por exemplo, os tratoristas. (Silva, 1981).

A seguir, de acordo com Censos Agropecuários, a tabela 01 mostra o total de pessoas ocupadas no campo ao longo das últimas quatro décadas. Mas, antes de qualquer coisa, é preciso informar que se é dito como pessoa ocupada aquele/a que

[...] na semana de referência as pessoas que, nesse período, trabalharam pelo menos uma hora completa em trabalho remunerado em dinheiro, produtos, mercadorias ou benefícios (moradia, alimentação, roupas, treinamento etc.), ou em trabalho sem remuneração direta em ajuda à atividade econômica de membro do domicílio ou parente que reside em outro domicílio (IBGE, 2023).

Tabela 1 - Série Histórica dos Censos Agropecuários - 1975/2017 – Brasil

	1975	1980	1985	1995-1996	2006	2017
Pessoal Ocupado	20.345.692	21.163.735	23.394.919	17.930.890	16.568. 205	15.105.125

Fonte: IBGE, 2017 (tabela adaptada).

Observa-se a partir da Tabela 01 que depois do ano de 1985 o número de empregados no campo caiu, um dos fatores principais desse declínio diz respeito ao avanço das forças produtivas na produção rural que se deu dentre outras formas por meio do desenvolvimento e incremento tecnológico com é a implementação de maquinários pesadas, a exemplo do uso de tratores.

No ano de 2017, como se pode observar na Tabela 01, o Censo Agropecuário registrou a redução de 1.463.080 pessoas envolvidas diretamente com a venda da força de trabalho na produção rural ou de trabalhadores e/ou camponeses quando comparado ao ano de 2006, “a média de ocupados por estabelecimento também caiu, de 3,2 pessoas, em 2006, para 2,97, em 2017” (Agência IBGE, 2019).

Por outro lado,

[...] o número de tratores em estabelecimentos agropecuários aumentou 49,9%, ou 409.189 unidades a mais em relação ao Censo Agropecuário de 2006, chegando a 1.229.907 unidades em 30 de setembro de 2017. Já o número de estabelecimentos que utilizavam este tipo de máquina aumentou em mais de 200 mil, alcançando um total de 734.280 produtores em 2017. (Idem, 2019)

Silva (1981) apontou que essas relações de organização do trabalho rural resultaram na dualidade operário-camponês, isto quer dizer que os trabalhadores rurais ou os pequenos

proprietários, comumente chamados de camponeses², ao mesmo tempo que produziam junto com sua família nos seus pequenos lotes de terras, insuficiente em conseguir manter a sua reprodução social. Por isso, recorrem ao trabalho assalariado em grandes propriedades, normalmente em determinadas épocas da produção agropecuária como, por exemplo, na colheita. Esta dualidade apresenta-se como

[...] produto necessário da acumulação ou do desenvolvimento da riqueza no sistema capitalista, ela se torna, por sua vez, a alavanca da acumulação capitalista e, mesmo, condição de existência do modo de produção capitalista. Ela constitui um exército industrial de reserva disponível, que pertence ao capital de maneira tão absoluta como se fosse criado e mantido por ele. Ela proporciona o material humano a serviço das necessidades variáveis de expansão do capital e sempre pronto para ser explorado. (Marx, 2011a, p. 735)

O Brasil, na sua formação econômico-social ou simplesmente na formação social brasileira, marcada pela relação de interação entre o atraso e o moderno, não é possível estabelecer uma característica que se possa definir como homogênea ou única dos segmentos que vivem no campo através do uso de sua própria força de trabalho, a saber: o camponês e o trabalhador rural. Como é próprio da formação social brasileira, o moderno vai se estabelecer com o arcaico, inclusive, nas relações de produção que aparecem no campo. Por isso, a trabalhadora no campo apresenta esse caráter dualista, sendo ora camponês, ora se apresentando também como trabalhador, condição em que o passado e o presente se entrelaçam. Além disso, esse trabalhador e/ ou camponês também servirá como sujeito que vivencia as contradições da Lei Geral da Acumulação Capitalista, tornando-se a reserva não diretamente utilizável da força de trabalho pelo capital que serve como meio de aprofundar a exploração do trabalho.

Todas essas características da questão agrária na formação econômico-social brasileira vão se estabelecer com particularidades próprias nas diversas regiões que compõem a geografia

² Há uma polêmica conceitual sobre o caráter do camponês no Brasil, há corrente que situa o camponês como aquele pequeno proprietário que atua na produção familiar, ou seja, que está inserido também na agricultura familiar. Dessa forma, o agricultor familiar também seria um camponês. Todavia, há outra corrente de teóricos e estudiosos na questão que entende que o agricultor familiar não se caracteriza como um camponês. De outro lado, existe uma corrente que não obteve tanta ressonância, que compreende que nunca existiu camponês no Brasil, pois esse segmento social é próprio da formação social de países do centro capitalista. Em Lourenço (2021) é possível encontrar uma análise panorâmica desta polêmica, que na sua pesquisa conclui que o camponês apresenta um caráter contraditório e “a expressão da síntese dialética”, fruto do desenvolvimento desigual e combinado do Brasil, pois esse segmento será um trabalhador para o capital agrário, que em circunstâncias determinadas desenvolve sua produção familiar seja para o autoconsumo seja para a própria reprodução social na condição de agricultor familiar, ao passo que no mercado também processa a reprodução capitalista.

rural do país, inclusive na região do semiárido baiano, que tem correlação com o objeto de pesquisa deste TCC.

1.2 O Semiárido baiano: principais elementos caracterizadores

O território brasileiro possui espaços rurais diversificados com complexidade e particularidades próprias, variando de acordo com as condições do acesso à terra, com a organização social e econômica, a cultura, o clima, a região, a vegetação e a atividade agrícola. Dentro dessa diversidade, a região Nordeste possui na sua estrutura um vasto território, entre eles a região do semiárido que

[...] são caracterizadas, de modo geral, pela aridez do clima, pela deficiência hídrica com imprevisibilidade das precipitações pluviométricas e pela presença de solos pobres em matéria orgânica. O prolongado período seco anual eleva a temperatura local, caracterizando a aridez sazonal. Conforme essa definição, o grau de aridez de uma região depende da quantidade de água advinda da chuva (precipitação) e da temperatura que influencia a perda de água por meio da evapotranspiração potencial. (Silva, 2006, p.15)

Por possuir particularidades nas suas condições naturais, essa região é cenário das conhecidas secas que é historicamente culpabilizada como problema central da pobreza e falta de desenvolvimento rural.

A imagem de uma região improdutivo e castigada pelas secas foi reforçada, ao longo da história, por um conjunto de ações públicas que objetivavam corrigir a natureza da região a partir de estratégias de combate à seca e seus efeitos. O cenário de miséria foi perpetuado com a execução de grandes obras emergenciais, inapropriadas ao clima da região, que acentuavam a subalternização dos camponeses, alimentando o que ficou conhecido como indústria da seca. (Silveira, 2017, p. 107)

Ao longo do tempo, ações públicas são direcionadas ao semiárido com a justificativa de corrigir os problemas ecológicos, como foi o exemplo da seca e do solo improdutivo. Reforçando e atribuindo ao pensamento coletivo a pobreza rural por conta das condições naturais e retirando a culpa do agronegócio³. A resolutividade da seca é politicamente e socialmente disputada pelos produtores latifundiários, com a perspectiva de mercantilizar o

³ No Brasil, o agronegócio é conhecido pelo modelo de produção que se caracteriza pela ocupação e exploração intensa dos recursos naturais, usando tecnologias que atuam diretamente na modificação do campo, através de maquinários utilizados no trato da terra, substâncias tóxicas conhecidas como agrotóxicos utilizados para acelerar a produção agrícola. (Pereira, 2014, p.16)

acesso à água, através de projetos de irrigação como, por exemplo, obras hidráulicas, a açudagem e a irrigação.

Pelo avanço das culturas irrigadas, a agricultura capitalista garante os mais altos rendimentos do capital na exportação de produtos primários, com a aplicação indiscriminada de agrotóxicos e outros contaminantes, que são também os principais responsáveis pela degradação dos solos e contaminação dos lençóis freáticos. (Silveira, 2017, p.132)

Ironicamente, tal repercussão sobre o semiárido que “normalmente” afeta os pequenos produtores por causa do seu clima, não afeta da mesma maneira a produção em modelo agronegócio, visto que para estes as terras e o acesso às águas são numerosos, pois a sede “não está na aridez do clima, na forma de vegetação [...]. A sede está na forma de produzir a riqueza material, nas relações sociais de produção.” (Silveira, 2017, p. 108)

Essa contradição repercute nos conflitos sociais no campo entre as classes antagônicas, conflitos esses causados pela “expansão desenfreada da exploração capitalista no campo que evidencia as contradições sociais entre a burguesia agroindustrial de exportação, geralmente ligada ao Estado, e os camponeses e trabalhadores rurais assalariados” (Silveira, 2017, p.109).

A pobreza rural no semiárido brasileiro é desvendada a partir dos estudos sobre a formação histórica da região nordestina e do seu papel na divisão regional do trabalho. No Nordeste e suas várias facetas, mais precisamente no período colonial, alterou-se diversas vezes a produção de monoculturas, trasladou em um Nordeste açucareiro e Nordeste algodoeiro-pecuário, pois

Os interesses do capital comercial e financeiro inglês e norte-americano deslocaram o poder político das mãos da burguesia açucareira dos litorais para os latifundiários dos sertões, fazendo emergir gradualmente outra região – o nordeste algodoeiro-pecuário. A ocupação do interior do Nordeste, especificamente de sua faixa semiárida, possibilitada pela expansão da atividade pecuária e algodoeira, possibilitou o surgimento de outro Nordeste – o Nordeste das secas (Oliveira, 1977).

De acordo com Silveira (2017), os latifúndios dos sertões também atribuíram às secas a culpa pelo atraso econômico regional, se apropriando dos esporádicos socorros governamentais para manter suas fazendas de gado, conforme o IBGE (2017), com o texto “Estrutura Fundiária” aponta que

Assim, no sertão, ela marca os “caminhos do gado” formados pela marcha progressiva das fazendas de gado e a reprodução da economia e da sociedade sertanejas, e, no litoral, a desigualdade na distribuição da terra caracterizou, também, a grande lavoura comercial, estruturada em torno da economia escravista do açúcar nordestino. (p.47)

Em 1856, o governo imperial determinou a criação de uma Comissão Científica para estudar a realidade do Nordeste seco e propor saídas para enfrentar a seca.

No tocante aos conflitos no campo, os relatórios da CPT, que condensam anualmente os dados do País, destacam que terra, água e trabalho escravo estão entre os principais indicadores. [...] Tomamos como referência analítica a região Nordeste do Brasil, marcada pela ofensiva ideopolítica da denominada indústria da seca, a qual ancorou, historicamente, a reprodução da desigualdade social e a drenagem dos recursos públicos para as grandes obras hídricas, destinadas a favorecer, especialmente, o latifúndio. (Silveira, 2017, p. 344)

O aumento das populações estrangeiras na região provocou o surgimento dos relatos sobre morte, improdutividade e fome no semiárido, pois os mesmos não compreendiam ou não conseguiam adotar uma relação com os aspectos naturais do Nordeste. As denúncias dos acontecimentos pressionaram a coroa portuguesa para resolver a situação, que tomou a atitude de obrigar os nativos, por meio de punições e multas, para cultivar mandioca, descrita como possível para plantio. A fome que alastrava era vista como condutor moral, sendo atribuída a preguiça, relacionado com a ociosidade que “[...] era a ruína dos povos que ocupavam o território” (Silveira, 2017, p.111). A violência e roubos as produções aumentavam nos tempos de estiagem, ocasionando nos abandonos das roças e cultivos.

A mortandade dos animais, as perdas das lavouras não apropriadas ao clima, a dificuldade de acesso à água, a fome e a fuga da população nos períodos de longas estiagens aumentaram à medida que o espaço era ocupado. Acontece que, com a ocupação demográfica e a expansão pecuária, a ocorrência das secas passou a causar prejuízos à empresa colonial, reforçando o pensamento negativo sobre a região (Silva, 2006, p. 192)

Outro ponto relevante é a prática predominante da pecuária nos sertões e como era realizada às margens da região açucareira, principal atividade econômica na colônia. A atividade da pecuária interligada com a produção de algodão favoreceu para a população permanecer no semiárido, pois chamou a atenção do capital internacional que tinha grandes demandas no setor têxtil. Por precisar de pouco investimento para produzir, o cultivo de algodão foi caracterizado como “cultivo de pobre”, nessa relação os grandes proprietários

intermediaram entre os pequenos produtores e o capital estrangeiro, se beneficiando do trabalho dos pobres.

A construção ideo-política do Nordeste das secas, vai coincidir com a redefinição da divisão regional do trabalho no Brasil, em que a região centro-sul converte-se no centro da industrialização e as migrações Nordeste – São Paulo passam a disponibilizar mão de obra para a indústria nacional. Nesse contexto, são contrapostos a ideia de estagnação do Nordeste e a opulência da industrialização, que passou a definir a divisão regional do trabalho na economia brasileira, substituindo a autonomia das economias regionais nas suas relações com o exterior. (Silveira, 2017, p. 112-113)

Para Silveira, essa pobreza perpetua na atualidade com a piora nas condições de vida e na ininterrupta expropriação das terras dos sertanejos,

[...] que se expressa na expulsão dos camponeses de suas terras, nos processos de proletarização de sua força de trabalho, na manutenção de relações servis (meeiros, rendeiros etc.), na permanência das migrações campo-cidade e nordeste-sudeste e, na apropriação privada das águas e demais recursos naturais. (Silveira, 2017, p.120)

A indústria da seca tornou-se uma ferramenta para a lucratividade de grandes empresas bancárias, tal como o Banco Mundial que defende os projetos de irrigação como solução da seca e a criação de novos empregos, porém

É de se perguntar também qual a qualidade dos empregos gerados na irrigação. Nos perímetros de Juazeiro e Petrolina formaram-se bairros inteiros de altíssima miserabilidade, em situações insalubres, onde as populações empregadas na irrigação, vindas de fora, aglomeram-se para sobreviver. Se há uma ilha de prosperidade nos bairros elegantes, seria necessário se perguntar se o processo não é absolutamente injusto e desigual, concentrador de terra, de água, riquezas e poder. A própria população nativa dessa região perdeu suas terras para as empresas vindas do sul, sudeste e do exterior. Tornaram-se mão de obra barata na irrigação, ora morando nos bairros periféricos de Juazeiro e Petrolina, ora morando ao lado de fora das cercas e muros que cercam os perímetros irrigados, como estranhos em terras que já foram suas (Revers; Malvezzi, 2009, p.7-8).

De acordo com o Instituto Nacional do Semiárido (INSA), o semiárido brasileiro ocupa 12% do território nacional, abrangendo nove estados da região Nordeste e o norte de Minas Gerais, englobando 1.262 municípios e possuindo, aproximadamente, 28 milhões de habitantes que se dividem entre as áreas urbana (62%) e rural (38%), sendo, portanto, um dos semiáridos mais povoados do mundo.

A faixa semiárida é composta por diversas regiões naturais: Agreste, Carrasco, Seridó, Cariris-Velhos, Curimataú, Serras e Sertão. Cada região possui seu próprio regime de chuvas, diferentes características dos solos e diversidades florísticas, o que significa dizer que o semiárido possui uma paisagem bastante heterogênea. Todas essas regiões naturais compõem o bioma Caatinga, que é o único bioma exclusivamente brasileiro (SANTOS *et al*, 2013 *apud* Silveira, 2017, p. 123)

Segundo o INSA ([s.d.]⁴), o chamado “semiárido” também é designado para explicar o clima nesta região, reconhecido pelas ocorrências de secas, “dada a irregularidade do regime de chuvas, o período de precipitações é relativamente curto e concentrado, apresentando muitos desafios ao abastecimento humano e aos processos produtivos” (Silveira, 2017, p. 126).

Ainda, no semiárido brasileiro a vegetação tem predominância do bioma da caatinga, sendo composta por uma mata espinhosa e troncos esbranquiçados. Já seus solos contêm imensa diversidade, contudo, o fenômeno “desertificação” acomete aos solos os transformando em desertos, isto acontece por

um processo de degradação contínua dos solos nas zonas áridas, semiáridas e subúmidas secas, rompendo o equilíbrio entre clima, solo e vegetação (INSA, 2017a). Os principais núcleos de desertificação do Semiárido localizam-se nas regiões do Seridó (Rio Grande do Norte e Paraíba), Cariris Velhos (Paraíba), Inhamuns (Ceará), Gilbués (Piauí), Sertão Central (Pernambuco) e Sertão do São Francisco (Bahia), e compreendem uma área de 1.340.863 km² (INSA *et al*, 2015 *apud* Silveira, 2017, p.126).

Sua produção agrícola tem maior relevância no plantio de produtos como soja, milho, algodão, feijão, mandioca, entre outros. O clima também implica na prática pecuária, ou seja, na criação de animais como, por exemplo, bois, cabras, ovelhas, cavalos, porcos e galinhas. (INSA, [s.d.]). Ainda, Wanderley aponta que

[...] a agricultura familiar permanece significativamente responsável pela produção de alimentos no Brasil. Com efeito, provém deste setor, entre outros bens: 87% da produção de mandioca; 70% do feijão, 58% do leite, 46% do milho, 38% do café, 34% do arroz, bem como, 59% do rebanho de suínos, 50% dos efetivos avícolas e 30% do gado bovino. (2014, p.33)

Como a questão da estiagem ou dos índices pluviométricos tem relação também com a caracterização do semiárido, é importante apresentar dados sobre essa questão nessa unidade

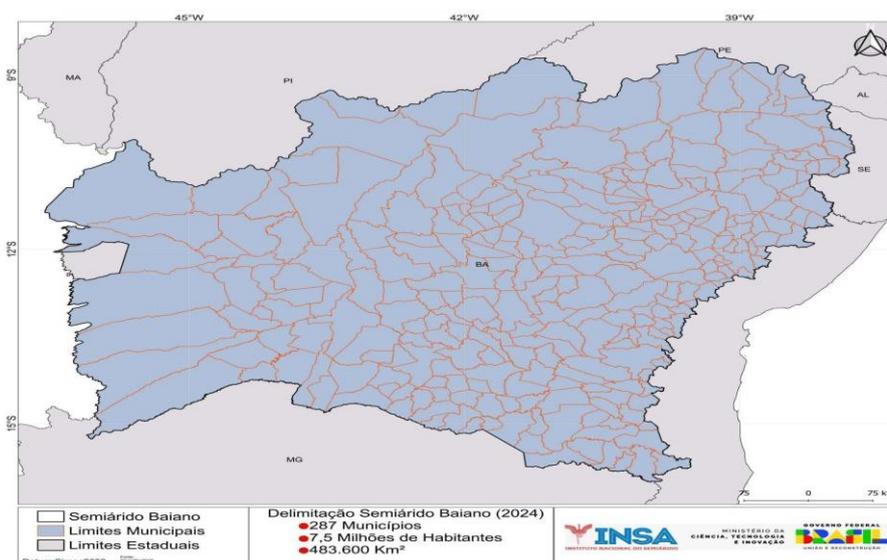
⁴ <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>

da federação, a pluviosidade média anual do semiárido baiano varia entre 600 e 800 mm, sendo que aproximadamente 50% das chuvas se concentram entre os meses de dezembro a março (José, R. V. S. et. al., 2002, p.04). O tempo de estiagens na Bahia varia dependendo da área, pode-se chegar entre 7 e 8, 9 e 10 ou até mesmo 11 meses.

Dentre os estados brasileiros que estão inseridos no semiárido, a Bahia detém a maior quantidade de municípios dentro desta região, o que se expressa como equivalente a 483.600 km². Dos 417 municípios baianos, 287 pertencem à região, representando 85,2% de todo o território da Bahia.

Em conformidade com o Censo Agropecuário do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) de 2017, 53% do território baiano representa a área rural, com 762.620 estabelecimentos agropecuários. A população do estado residente no semiárido, em 2024, é de 7,5 milhões de pessoas. A imagem a seguir, desenvolvida pelo INSA, mostra a proporção do semiárido dentro do estado da Bahia.

Figura 1 - Delimitação Semiárido Baiano



Fonte: INSA (2024)

A distribuição de terras na Bahia é caracterizada como heterogênea, sendo o litoral e extremo sul os que possuem maior concentração de terras, sobrando o sertão, com seu solo “hostil”, para as atividades da pecuária dos produtores familiares. Dessa forma, conclui-se que a produção familiar ocupa lugar de fundamental importância na economia rural baiana. Fato é que: “A sua relevância ainda está presente em todo o semiárido brasileiro, visto que quase 40%

de toda a área dos estabelecimentos agropecuários, em hectares, possuem pastagens, e na Bahia esse percentual chega a quase 45%” (INSA *et al*, 2017 *apud* Santos, 2020, p 621).

Um dado relevante sobre as relações de produção rural baiana tem relação com a concentração fundiária nessa unidade da federação. O coeficiente de Gini para distribuição da terra apontou que a concentração de terras na Bahia, foi de 0,752 em 2006 para 0,713 em 2017.

O estado da Bahia possui características históricas marcantes quanto à evolução de sua estrutura fundiária, denotando uma expressiva desigualdade quanto à posse e ao uso de terras para fins agropecuários. Este fato pôde ser confirmado pelo IG terra nos anos de 2006 e 2017 que identificou um alto grau de concentração da terra na maioria dos municípios baianos, apesar de pequena diminuição da concentração de forte a muito forte do ano de 2006 para 2017. (Idem, p. 624)

Ainda, em 2016, o índice de Gini processou informações sobre a renda da Bahia. Os dados processados indicaram um índice em 0,517, apontando uma menor desigualdade na distribuição do rendimento mensal das pessoas de 15 anos ou mais de idade em comparação da região Nordeste, região que aparece com maior desigualdade na distribuição de renda, com índice de 0,522, superada pela distribuição nacional que registrou um índice ainda de 0,525.

Na Bahia, ainda segundo dados da Rede PENSSAN, a fome atingiu 1,9 milhão de baianos, o que representava 12,9% da população do estado. Mais da metade da população (62,6%) apresentou algum nível de insegurança alimentar, o que significa que 6 em cada 10 domicílios baianos estavam preocupados quanto ao acesso a alimentos em um futuro próximo. Mais da metade da população do estado (57,7%) vivia em condição de pobreza ou extrema pobreza em 2021, sendo que 17,6% encontrava-se em situação de extrema pobreza, com rendimento per capita menor que US\$ 2,15 por dia, segundo dados da PNAD Contínua (PNADC, 2021; PPC de 2017). Esses números colocam a Bahia no quinto pior resultado da Região Nordeste e oitavo pior do Brasil. (PENSAR A BAHIA, 2024)

Para o debate do objeto que esse trabalho se propõe a discutir, é preciso caracterizar o semiárido baiano. A Bahia, apesar de ser a 7ª economia do Brasil, de acordo com dados da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) de 2024, tem 52,8% do PIB estadual distribuído entre Salvador e a região do Recôncavo; já nos interiores do estado, local predominante do bioma semiárido, “a população baiana vivência no âmbito da vida social e econômica aspectos preocupantes, tome-se como exemplo o analfabetismo, pobreza, violência, desníveis de renda e desemprego” (Peres, 2017, p. 02). Nesse sentido, as condições socioeconômicas do semiárido, a despeito de serem observados avanços nas duas primeiras

décadas dos anos 2000, ainda requer atenção pela precarização das condições de existência social da população desse recorte regional. Condições que se tornam ainda mais precárias quando a população do semiárido está estabelecida na área rural.

De acordo com dados da SEI divulgados em 2024, a atividade econômica no estado da Bahia é caracterizada pela participação dos setores de serviços, indústria e da agropecuária. Os principais produtos agrícolas da Bahia são a soja (5% produção nacional), o algodão (22% produção nacional) e o milho (2,3%). Já na pecuária, as maiores criações são de galináceos (3,1% do rebanho nacional), bovinos (5,3% do rebanho nacional) e ovinos (21,7% do rebanho nacional). Como também, está em terceiro lugar de maior produtor de frutas do Brasil com o plantio de cacau, manga, mamão e banana. (SEI, 2024)

No ano de 2021, o semiárido teve participação de 39,6% do Produto Interno Bruto (PIB) da Bahia, ainda de acordo com os dados apresentados pela SEI. A produção do setor da agropecuária contribuiu com 73,8% para a economia deste estado, contudo, a distribuição da renda da atividade produtiva deste setor foi apenas de 19,7%, o que demonstra a concentração de bens e riqueza. Conforme observado nos dados fornecidos pela SEI, a concentração da renda, dos bens e da riqueza produzida no setor agropecuário está situada no que se chama de agronegócio. Apesar de aparentar ser um setor crucial para economia brasileira, o agronegócio não reparte a riqueza e sim a concentra, assim, o dinheiro não circula para os demais.

Com isso, se reforça a importância social e econômica da chamada produção familiar ou camponesa na agropecuária baiana, predominante no semiárido, que conforme indicado anteriormente, ocupa lugar fundamental na economia do estado, em especial, na economia rural.

[...] despontam atividades, agrícolas ou não, que revelam novas oportunidades econômicas no meio rural. São atividades de base local, que passam a constituir um elemento importante na busca de alternativas para a crise da economia da região. Várias delas derivam da dinamização de atividades produtivas tradicionais de reconhecida importância econômica e social, como pecuária de leite, ovinocaprinocultura, apicultura, cotonicultura, fruticultura, dentre outras. (Embrapa, 2010, p.42)

Nunca é demais reforçar o posicionamento crítico, fundamentado na realidade expresso em dados de estudos estatísticos, que a pequena produção camponesa ou familiar do campo ocupa lugar estratégico como alternativa de renda, de trabalho, de emprego e de enfrentamento da pobreza, especialmente em regiões onde há manifestações de desigualdades, que são corroboradas.

1.3 Camponeses ou trabalhadores rurais: elementos para a compreensão das relações sociais de classe no semiárido rural

Não obstante, percebe-se que a agricultura brasileira é noticiada e lembrada apenas pelo agronegócio, atrelado às grandes concentrações de terras e nos cultivos de monoculturas, exemplo a soja, voltados para a exportação. Glorificado como o responsável pela economia nacional e pela modernização com suas tecnologias sendo visto, sobretudo, como o sucesso do sistema capitalista brasileiro. Nesse discurso se abstém (ou olvidam) de expor que as relações sociais capitalistas permitem a exploração do homem pelo homem e, ainda, invisibilizam cotidianamente o trabalho dos trabalhadores rurais.

A coisificação das relações sociais e a transformação da riqueza humana, ou seja, do produto material e espiritual da práxis, em objetos estranhos e dotados de uma vida própria, que aparecem aos homens como um “poder” que os domina, propiciam que os valores tomem a forma de coisas que valem independentemente da atividade humana. (Barroco, 2001, p. 34)

O conceito de campesinato vem para reconhecer, de forma acadêmica e política, todas as conquistas, resiliência e contribuição dos produtores familiares e colocá-los como sujeitos sociais de luta contra esse sistema. É importante mencionar que pelo fato do Brasil apresentar um capitalismo em que o arcaico se entrelaça e associa com o moderno, não temos um campesinato que se manifesta de maneira estrito senso ou genuína, como existiu na Europa, bem como o trabalhador rural, por vezes, não será um trabalhador unicamente assalariado. Há uma relação dialética, contraditória e de unidade ou identidade entre esses segmentos. Silva (1981) considera que o camponês é ora trabalhador assalariado rural e o trabalhador assalariado também é ora camponês por preservar as relações de produção familiar em suas próprias terras.

É preciso ver no campesinato um ato de resistência dos trabalhadores rurais, resistência contra os latifúndios brasileiros, a exploração do trabalho, a expropriação da terra e os seus recursos naturais, e ampliação da acumulação do capital.

Numa perspectiva geral, o campesinato corresponde a uma forma social de produção, cujos fundamentos se encontram no caráter familiar, tanto dos objetivos da atividade produtiva – voltados para as necessidades da família – quanto do modo de organização do trabalho, que supõe a cooperação entre os seus membros. A ele corresponde, portanto, uma forma de viver e de trabalhar no campo que, mais do que uma simples forma de produzir, corresponde a um modo de vida e a uma cultura. (Wanderley, 2014, p.26)

Essa ambiguidade entre trabalhador forçado a vender sua força de trabalho e o camponês que cultiva seu próprio alimento e comercializa, criou debates na tentativa de enquadrá-los de formas distintas. Contudo, a maneira em que se deu a formação socioeconômica do Brasil rural, fez com que homens e mulheres rurais necessitassem desempenhar as duas modalidades de sobrevivência, disponibilizando para os grandes proprietários “uma forma de recrutamento de mão de obra com reduzidos custos monetários, uma vez que transferia para o próprio trabalhador o ônus de sua subsistência” (Wanderley, 2014, p.27).

Como dito anteriormente, a formação sócio-histórica brasileira, o nível de desenvolvimento das forças produtivas no campo, a organização social do trabalho rural, o caráter dependente do capitalismo nacional e a estrutura fundiária predominantemente estabelecida são determinações que se incidem para essa condição de dualidade.

Os modos de produção são compreendidos a partir da forma de trabalho predominante, ou seja, das relações sociais de produção (que podem ser de parentesco, comunitárias, escravistas, de servidão, assalariadas...), e do desenvolvimento das forças produtivas, que correspondem ao nível de organização do trabalho, às disponibilidades dos recursos naturais, e às características dos meios de produção. (Silveira, 2017 p. 33)

As relações sociais no campo acontecem de maneira diversificada, complexa e com especificidades. A agricultura brasileira, como já vimos, apresenta particularidades, exemplo disso, são as diferentes maneiras de acesso à terra que para os trabalhadores rurais ou parte dela acessa de maneira precária e subalterna.

Longe, portanto, de negar a existência do campesinato, no Brasil, trata-se de compreender, em cada caso, as estratégias – fundiárias, produtivas e familiares – e a amplitude desta capacidade de iniciativa que, dependendo das circunstâncias concretas, pode oscilar entre a possibilidade de negociar, de forma subalterna e assimétrica, a ocupação de espaços precários e provisórios e a criação efetiva de raízes mais profundas de modo a estabelecer, no longo prazo, comunidades camponesas com mais perenidade. (Wanderley, 2014, p.27)

No tópico 1.1 citamos que as terras devolutas em um determinado tempo histórico não se caracterizavam como propriedade privada, por isso, os pequenos agricultores que tinham como base a agricultura familiar, expandiram naquele momento seus territórios para produzirem para o consumo próprio e para a comercializar. Outros modos precários de acesso de terras como, por exemplo, o sistema de posse, a venda do seu trabalho pela autorização de plantar nas terras de outro, etc.

A distribuição de terras foi desigual, então, esses trabalhadores se utilizam de brechas para conseguir sua subsistência, percebemos essa atitude ao aproveitarem de pequenas partes das terras dos latifundiários para plantarem seus alimentos, organizando-se com a sua família ou comunidade para a atividade agrícola, o que mostra outro tipo de organização social sobre o processo de agropecuária diferente da hegemonia atual.

[...] importância das formas da pequena produção no conjunto da produção agropecuária. Essa importância se revela em três planos: no número de pessoas envolvidas, tanto pelo seu valor absoluto, como em comparação com o que deveria representar a forma dominante de trabalho sob o desenvolvimento do capital, ou seja, o assalariamento; em termos geográficos, isto é, da ocorrência generalizada dessas formas em praticamente todas as regiões estudadas; e, finalmente, na sua contribuição no produto gerado (Silva, 1978, p. 240).

É visto que foi preciso modernizar o modo de trabalho no setor agrícola para acompanhar as demandas do capital que financiou as recentes indústrias e, assim, adequar-se à implementação do sistema capitalista no Brasil. Como também, encontraram nas políticas públicas que incentivaram a expansão das fronteiras agrícolas a se beneficiarem dessas ocupações.

[...] as consequências sobre os espaços de reprodução dos pequenos agricultores camponeses são diretas e imediatas. As grandes propriedades expulsaram massivamente os trabalhadores residentes em seu interior, passando a contratá-los apenas nos momentos de necessidade de trabalho. Isso foi possível porque a modernização da produção agrícola afetou de forma diferenciada os diversos momentos do processo produtivo (SILVA, 1981). Enquanto as fases de preparo da terra e de cuidados com a plantação foram mecanizadas e impulsionadas pelo uso de insumos modernos, a colheita permanecia, na maioria das culturas, como uma atividade manual. Não havia, portanto, mais razão para o proprietário reter, em suas terras, a mão de obra durante todo o ano. (Wanderley, 2014, p. 28)

A classe trabalhadora rural que acessava as terras pelo sistema de posse sofreu duramente com a expansão das fronteiras agrícolas, destituídos de títulos sua expulsão ocorre com mais vigor, como consequência a luta pela terra espalha-se por todas as regiões brasileiras, principalmente, no Centro-Oeste e no Norte (locais de maior expansão devido do território amazônico). Essa criação da mão de obra reserva acarretou para uma parcela da população rural um vínculo empregatício frágil, precário e sem garantias de nada, e para o restante, a migração emergente para as cidades, aos quais passam a residir nas favelas, modo de ocupação, também, subalterno. A partir dessas condições e das problemáticas que carregam a posse e propriedade

da terra, bem como as condições de existência no campo, há um terreno sócio-político marcado por lutas sociais e conflitos agrários.

A Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), denominado como “A Igreja e os problemas da terra”, denunciou a “extrema violência da luta pela terra em nosso país, com características de uma guerra de extermínio, em que as baixas mais pesadas estão do lado dos lavradores pobres” (CNBB, 1980). Neste referido momento, surgem em Pernambuco as Ligas Camponesas, organização realizada para debater a tão sonhada Reforma Agrária que tornaria a redistribuição de terras de modo afetivo.

O sistema capitalista tem como característica uma ausência de equilíbrio, uma constituição contraditória, envolvendo conflitos e desenvolvimento desigual e combinado. Na tentativa de burlar esse desequilíbrio, os centros imperialistas, precisam que os países periféricos dependem deles. Assim, esses países dependentes têm um papel subalterno no comércio mundial. Não é novidade, que no sinal de qualquer mobilização popular, ampliação dos direitos, fortalecimentos dos movimentos sociais e inclusão na política, os grandes capitalistas se movimentam para mudar tal cenário. A finalidade,

Conforme Netto (2011), era afirmar um padrão de desenvolvimento econômico associado subalternamente aos interesses imperialistas, sendo mais dependente ao sistema capitalista, articular estruturas políticas garantidoras da exclusão de protagonistas comprometidos com projetos nacional-populares e democráticos. (Netto *et al*, 2011 *apud* Souza, Araújo e Evanes, 2018, p.02)

A redemocratização, momento de fim do regime imposto pelos militares e implementação da constituição de 1988, permitiu aos movimentos sociais mostrar publicamente a realidade social sob sua própria ótica. A luta pela terra consolidou-se com o fortalecimento do Movimento Sindical e a fundação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terras (MST). Para Moreira e Vasconcelos (2017, p. 128):

Atualmente, no cenário nacional, é muito clara a disputa entre dois projetos de desenvolvimentos rural brasileiro: o do agronegócio, representado por empresários da agropecuária, latifundiários, organizados nacionalmente na Confederação Nacional da Agricultura (CNA); e, do outro lado, está a agricultura camponesa de base familiar.

Ocorre com frequência atrelar a agricultura familiar ao modo de vida pacato, atrasado e pouca importância no mercado financeiro, há de fato pessoas que vivem afastadas das cidades e das suas relações sociais e que seu plantio é exclusivamente. Contudo, a agricultura familiar,

apesar das suas restrições e particularidades, está de forma ativa ligada aos mercados e aos comércios na cidade, seu cultivo não alimenta somente a família dos proprietários, eles também alimentam os centros urbanos. De tal modo que economicamente são categorizados como “agronegócio”, o que dificulta vê-los como camponeses, pois é retirado a análise sobre suas dimensões identitárias que nutrem a categoria “[...] agricultura familiar e toda sua constituição como sujeitos políticos e a produção subalterna dentro do setor agrícola” (Wanderley, 2014, p.).

O perfil do atual agricultor familiar está na utilização de mão de obra familiar e moradores locais, possuem na propriedade uma área de até 50 hectares, que para José Graziano da Silva (1978) seriam os “minifundistas”.

e se diferenciavam internamente em empresas familiares que contratam trabalhadores permanentes, estabelecimentos familiares complementados por empregados temporários e os familiares puros, sem trabalhador externo à família (Bergamasco; Kageyama, 1990).

Baseando-se nos dados apresentados por Maria de Nazareth B. Wanderley no artigo “O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência”, nos meados dos anos 80, a agricultura familiar possuía 71,6% dos estabelecimentos rurais. Já em 2006, com o novo Censo Agropecuário revelou que essa porcentagem cresceu para 84,4%, totalizando em 4.367.902 estabelecimentos com áreas (24,3%) que não ultrapassam 5 hectares, destarte, apesar de possuírem o maior número de estabelecimentos registrados, as suas terras possuem um tamanho menor em comparação com os latifúndios.

Em termos precisos, o semiárido brasileiro possui 1.714.204 estabelecimentos agropecuários. Desse número, 1.528.505 pertencem à agricultura familiar, enquanto 185.699 são empreendimentos capitalistas. No que diz respeito à área geográfica, a extensão total dedicada à produção agropecuária é de 49.525.435ha, dos quais, 21.455.344ha são da agricultura familiar, enquanto 28.068.136ha da agricultura capitalista (INSA *et al*, 2017 *apud* Silveira, 2017, p.133)

Mesmo assim, são nas pequenas áreas que empregam 74,4% dos trabalhadores rurais, o que contabiliza em 12,3 milhões de pessoas ocupadas com as atividades agrícolas, com uma produção agropecuária equivalente a 37,9% do valor bruto, contudo, recebem apenas 25,3% dos financiamentos voltados para a agricultura. Há, ainda, informação que 89% desses estabelecimentos familiares estão na região Nordeste, “apesar de não dispor dos recursos

produtivos comparáveis aos alocados ao setor patronal, esta forma de agricultura revela uma grande capacidade produtiva.” (Wanderley, 2014, p. 32).

A seguir podemos observar alguns dados catalogados ou sistematizados pelo Censo Agropecuário do ano de 2017 que está expresso no quadro nº 01. Nele se pode constatar os numerosos estabelecimentos comprometidos com a agricultura familiar, como também, confirma que o maior percentual de pessoas ocupadas com o trabalho no campo estão na agricultura familiar, equivalente a 67%. O quadro a seguir aponta que as maiores áreas dos estabelecimentos rurais estão concentradas naqueles nomeados “não é agricultura familiar”, valor igual a 77% das áreas total. Tal dado torna evidente a concentração de terra presente na estrutura econômica no Brasil.

Quadro 1 - Censo Agropecuário 2017

Censo Agro 2017						
Total, Agricultura Familiar	Estabelecimentos		Área (ha)		Pessoal ocupado	
TOTAL	5 073 324	100,0%	351 289 816	100,0%	15 105 125	100,0%
NORMAS VIGENTES EM 2017						
Não é agricultura familiar	1 175 916	23,2%	270 398 732	77,0%	4 989 566	33,0%
Agricultura familiar	3 897 408	76,8%	80 891 084	23,0%	10 115 559	67,0%

Fonte: IBGE, 2017.

Ainda na esfera da importância da agricultura familiar, principal forma de organização da produção e da economia rural do semiárido baiano, o Censo Agro de 2017, registrou que nos

[...]estabelecimentos da Agricultura Familiar, a população ocupada se reduziu em 2,166 milhões de pessoas, enquanto nos estabelecimentos não caracterizados dessa forma, deu-se o oposto: um aumento de 702,9 mil trabalhadores. Cerca de 77% dos estabelecimentos foram classificados como

de Agricultura Familiar e foram responsáveis por 23% do valor da produção, ocupando 23% da área total dos estabelecimentos agropecuários. Trabalhavam na Agricultura Familiar cerca de 10,1 milhões de pessoas, ou 67% da mão de obra dos estabelecimentos agropecuários. (Agência de notícias. IBGE, 2019)

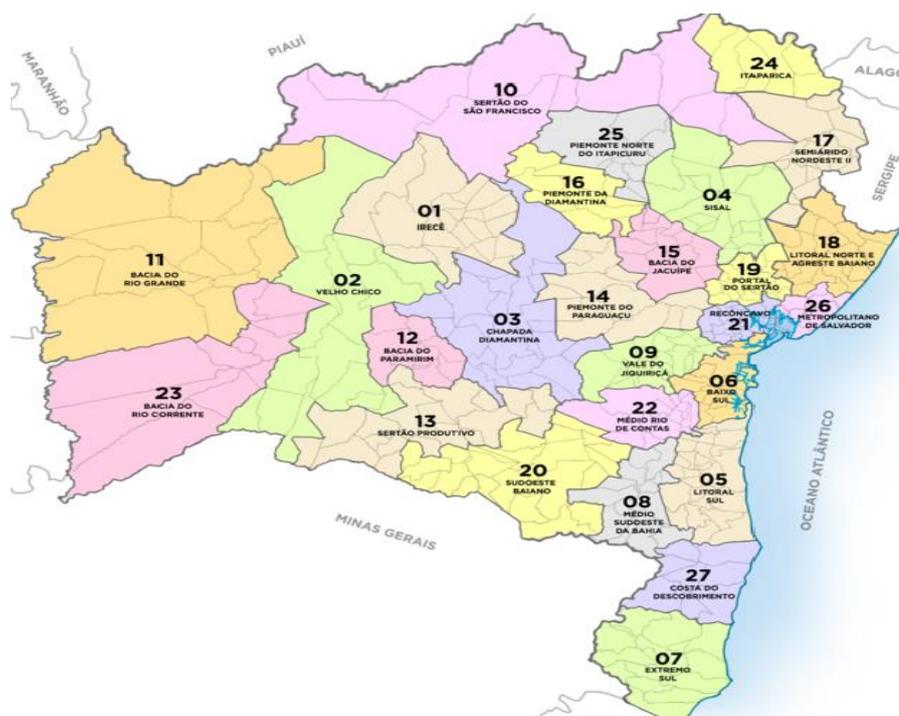
Com o Censo de agropecuária de 2017, pode-se apontar a importância da agricultura familiar como fonte de empregos, ocupando grande número de trabalhadores rurais. Além disso. O capítulo 02, trará o debate para espaço sociogeográfico do semiárido baiano, as principais produções, particularidades, breve diálogo sobre a situação rural do município Novo Triunfo-BA e as ações do governo estadual voltadas para o desenvolvimento agropecuário.

CAPÍTULO 02 – A PRODUÇÃO RURAL NO SEMIÁRIDO BAIANO: O PAPEL DO ESTADO

2.1 Produção rural no semiárido baiano: caracterização e particularidades socioeconômicas

O Poder Público da Bahia adotou em 2010, uma nova forma de divisão do território estadual, utilizando-se do Decreto Estadual nº 12.354 do mesmo ano, que no art. 1º instaura “o Programa Territórios de Identidade, com a finalidade de colaborar com a promoção do desenvolvimento econômico e social dos Territórios de Identidade da Bahia, em consonância com os programas e ações dos Governos Federal, Estadual e Municipal.” Assim como, a Lei Estadual nº 13.214/2014 instituiu a “Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, e, por consequência, estabeleceu institucionalidades e estruturas de governança baseadas na participação popular, como os Colegiados Territoriais (CODETERs).” (UFSB, 2021). A imagem a seguir mostra como ficou a divisão do estado baiano.

Figura 2 - Territórios de Identidade do estado da Bahia.



Fonte: ba.gov.br [(s/d)]⁵

⁵ <http://www.conselhodecultura.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=35>

A produção rural na Bahia apresenta vastos tipos de culturas e de criação de rebanhos, diferenciadas de acordo com o território de identidade (TI). Isto quer dizer, que nos territórios de identidade baiano, em cada um vai ter a predominância de determinado plantio, assim como, da pecuária. O Estado da Bahia, atualmente, contempla 27 TI que, de acordo com o Decreto Estadual nº 12.354, conforme pode ser visualizado no mapa anteriormente apresentado, são: Velho Chico (02), Bacia do Rio Grande (11), Bacia do Rio Corrente (23), Irecê (01), Bacia do Paramirim (12), Sertão Produtivo (13), Sudoeste Baiano (20), Médio Sudoeste da Bahia (08), Litoral Sul (05), Costa do Descobrimento (27), Extremo Sul (07), Piemonte Norte do Itapicuru (25), Médio Rio de Contas (22), Baixo Sul (06), Vale do Jiquiriçá (09), Recôncavo (21), Piemonte do Paraguaçu (14), Bacia do Jacuípe (15), Chapada Diamantina (03), Piemonte da Diamantina (16), Metropolitano de Salvador (26), Litoral Norte e Agreste Baiano (18), Portal do Sertão (19), Sisal (04), Semiárido Nordeste (17), Itaparica (24) e Sertão do São Francisco (10). Os territórios de Identidade que contempla o semiárido são de numeração: 11, 23, 02, 01, 10, 12, 13, 20, 03, 16, 25, 24, 17, 04, 14, 15, 09, 22, 08 e 19, localizações afastadas do litoral abrangendo mais o centro, norte e oeste do Estado da Bahia.

Essa divisão do estado em microrregiões político-administrativas tem como finalidade contribuir para o levantamento e interpretação de dados, distribuir, orientar e implementar políticas públicas de nível federal e estadual, de uma maneira mais assertiva dentro do território. Assim, o território de identidade

consiste em unidade de planejamento de políticas públicas do Estado da Bahia, formado por agrupamentos identitários municipais, geralmente contíguos, conforme critérios sociais, culturais, econômicos e geográficos, reconhecido pela sua população como o espaço historicamente construído ao qual pertencem, com identidade que amplia as possibilidades de coesão social e territorial, a partir do Plano Plurianual do Estado da Bahia. (Bahia, 2014)

Destarte, esses territórios de identidade possuem diferenciações, seja na economia ou em outros aspectos da vida em sociedade. Os territórios que estão localizados mais no Norte e no centro do estado, apresentam disparidades com os territórios que se localizam no sul e no litoral da Bahia. Apesar da centralidade do debate ser nos territórios de identidade que estão inseridos no semiárido e que apresentam dificuldades em comum como, por exemplo, o próprio clima, é necessário também trazer dados referentes às regiões que englobam o litoral para a análise e metodologicamente proceder com a comparação dessas realidades distintas, quanto aos dados apresentados sobre o índice de Gini, o nível de urbanização, PIB per capita, o

indicativo sobre o Programa Bolsa Família e da extrema pobreza, como também, dos cultivos e culturas mais comuns nos TI, e os seus maiores rebanhos tiveram como referência as publicações da Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) de 2023, retirados do próprio site, disponibilizados através de slides didáticos que especifica cada TI.

O Índice de Gini (2010) em todo o território baiano varia entre 0,5 a 0,6 sendo o Metropolitano de Salvador (0,645), Bacia do Grande Rio (0,629), Portal do Sertão (0,610) e Itaparica (0,604) os TI com maiores indicadores de desigualdade na distribuição de renda do Estado da Bahia. Enquanto, os menores indicadores de desigualdade estão na Bacia do Jacuípe (0,505), Médio Sudoeste da Bahia (0,505), Sertão Produtivo (0,539) e Vale do Jiquiriçá (0,545).

A porcentagem sobre a urbanização, de acordo com a SEI (2010)⁶, nesses territórios também apresenta variações, ficando os maiores percentuais nos TI; Metropolitano de Salvador (93,8%), Litoral Sul (81,9%), Costa do Descobrimento (79,7%), Médio Sudoeste da Bahia (78,8%), Médio Rio de Contas (78,1%) e Portal do Sertão (78,1%). Concentrando cidades como Salvador, Lauro de Freitas, Camaçari, Feira de Santana, Porto Seguro, Jequié e Itabuna que são polos dos comércios e prestações de serviços, além disso, retêm 6.060.495 de habitantes, equivalente a 42,8% da população baiana do total de 14.141.626 habitantes (Censo, 2022).

Em comparação os TI com os menores índices de urbanização estão Bacia do Paramirim (36,2%), Sisal (42%), Semiárido Nordeste II (44,2%), Bacia do Rio Corrente (46,5%), Velho Chico (46,6%) e Chapada Diamantina (48,4%). As cidades com a maior população desses TI são, respectivamente; Macaúbas, Serrinha, Ribeira do Pombal, Santa Maria da Vitória, Bom Jesus da Lapa e Seabra, correspondente a 11,3% da população da Bahia (Idem, 2022). Vale salientar que todos os territórios citados acima encontram-se no semiárido baiano, representando regiões com pouquíssimos índices de desenvolvimento urbano, com paisagens e características mais rurais, que por vezes sua população precisa desloca-se da sua cidade de origem para obter bens e serviços que seu município não consegue ofertar.

A Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) utilizou como fonte o CadÚnico de 2018 para coletar dados sobre as famílias baianas de baixa renda que recebem do Programa Bolsa Família. Assim, foi possível identificar os TI em que a população é mais beneficiada pelo programa, os TI com maiores percentuais estão entre 59 - 63,4 como, por exemplo, Irecê, Sisal, Semiárido Nordeste II e Piemonte do Paraguaçu. Esses territórios de identidade referenciados estão localizados no semiárido baiano, observa-se os altos percentuais

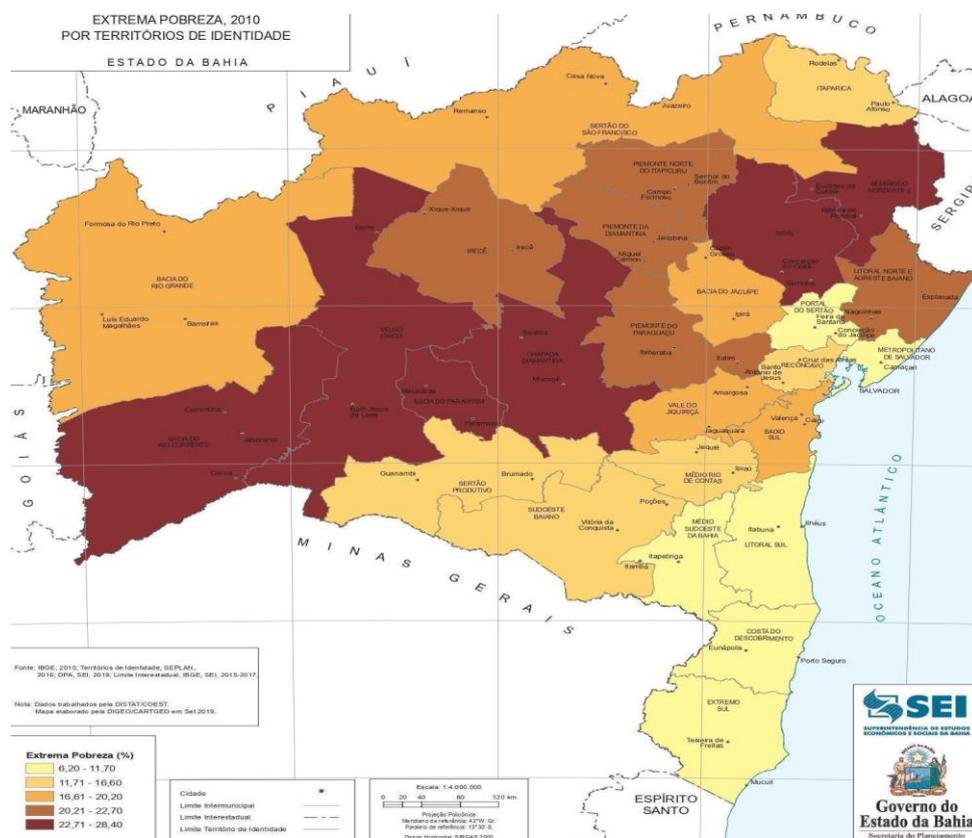
⁶ Não foram encontrados dados mais atualizados na pesquisa feita em fontes oficiais da SEI ou mesmo em outras fontes.

das famílias que dependem, por vezes, exclusivamente de benefícios governamentais para a sobrevivência, o que confirma a pobreza que enfrentam os residentes do semiárido baiano.

O que se confirma com o mapeamento feito para registrar a extrema pobreza nos TI da Bahia, cuja SEI empregou como referência os dados do IBGE (2010), é o entendido como “(...) linha de pobreza pessoas que possuem rendimento domiciliar per capita abaixo de R\$667 mensais. Na extrema pobreza, aquelas que vivem com menos de R\$209 mensais per capita.” (BRASIL, 2024).

A seguir apresentamos o mapa do estado baiano para melhor visualização dos TI que sua população está em situação de extrema pobreza, o que implica condições inadequadas de vida, com violações de direitos, sem acessar bens e serviços. Os tons mais escuros sinalizam as regiões que mais vivenciam a situação ou tendência de pauperização e, sucessivamente, este tom vai clareando nos TI que apresentam em menor porcentagem a extrema pobreza.

Figura 3 - Extrema pobreza no estado da Bahia.



Fonte: SEI, 2019.

Observa-se a centralidade da extrema pobreza atingindo, principalmente, o norte do estado. Os maiores indicadores sobre a vulnerabilidade social variam entre 22,71 - 28,40 por cento, o que se pode indicar que quase 30% da população que residem nesses territórios estão

nessa vulnerabilidade, esses TI são; Velho Chico, Bacia do Paramirim, Bacia do Rio Corrente, Chapada Diamantina, Sisal e Semiárido Nordeste II.

O PIB *per capita* é encarregado de calcular a divisão entre o PIB e o número de habitantes de determinada região e definir quanto do PIB o indivíduo receberia se a distribuição fosse igualitária (IPEADATA, 2024). Dito isto, foi possível coletar o PIB per capita de 2010 de cada Território de Identidade, sendo perceptível os maiores valores entre esses; Bacia do Rio Grande (R\$ 62.595,05), Bacia do Rio Corrente (R\$ 35.105,05), Metropolitano de Salvador (R\$ 34.866,96) e Itaparica (R\$ 25.845,53). Já os menores valores foram; Bacia do Paramirim (R\$ 9.154,56), Sisal (R\$ 11.033,03), Bacia do Jacuípe (R\$ 11.548, 91) e Semiárido Nordeste II (R\$ 11.764,67).

Vale ressaltar o TI Bacia do Rio Corrente que apesar de evidência um dos maiores PIB per capita, ele também está enquadrado no TI de extrema pobreza, diferente da Bacia do Paramirim, Sisal e Semiárido Nordeste II que revelam valores baixos, o que explicaria seu pertencimento ao a situação de desamparo. É necessário a colocação desses indicadores para o entendimento sobre a situação econômica dos baianos e daqueles que vivem no chamado “Sertão”, região do semiárido.

No que compete à atividade agrícola na Bahia, a produção de fruticultura nos Territórios de Identidade mostrou-se predominante, a seguir o quadro nº 02 apresenta os tipos de frutas que são cultivadas, os TI que mais produzem a espécie e o percentual que representa da produção no estado da Bahia.

Quadro 2 - Produção de fruticultura no TI do Estado da Bahia.

ABACAXI	Piemonte do Paraguaçu (59,3%)	MAMÃO	Extremo Sul 26,6%
BANANA	Velho Chico (25,9%)	MAMONA	Irecê (79,8%)
CACAU	Litoral Sul (32,9%) e o Baixo Sul (32,1%)	MANGA	Sertão do São Francisco (73,7%)
CAFÉ	Extremo Sul (26,6%)	MARACUJÁ	Sertão Produtivo (44,2%)
COCO-DA-BAÍÁ	Itaparica (21,8%)	MELÃO	Semiárido Nordeste II (35,5%)

GOIABA	Bacia do Jacuípe (3,3%)	TOMATE	Chapada Diamantina (55,2%)
LARANJA	Litoral Norte e Agreste Baiano (85,4%)	UVA	Sertão do São Francisco (99,3%)
LIMÃO	Piemonte do Paraguaçu (7,6%)		

Fonte: SEI (2023), elaboração própria.

É necessário apontar o cultivo de outros alimentos e os TI que possuem maior participação percentual na produção como, por exemplo a cebola (Irecê - 52,3%), feijão (Semiárido Nordeste II - 9,4%), mandioca (Litoral Norte e Agreste Baiano - 15,1%), milho (Bacia do Rio Grande - 39,2%) e a batata inglesa (Chapada Diamantina - 99,9%). Como também, a cultura da borracha (Baixo Sul - 50,6%), sisal (Sisal - 58,2%), algodão herbáceo (Bacia do Rio Grande - 77,3%), fumo (Recôncavo - 13,2%) e soja (Bacia do Rio Grande - 81,9%) que não possuem a finalidade de alimentar a população, mas voltada para a indústria como matéria prima ou até mesmo para exportação como é o caso da soja.

No que diz respeito à pecuária dos territórios de identidade do Estado da Bahia no ano de 2022, os principais rebanhos são os bovinos, galináceos, suínos, ovinos, caprinos e equinos. Respectivamente, as participações dos TI baianos foram: Bacia do Rio Grande (9%), Médio Sudoeste da Bahia (8,5%), Bacia do Rio Corrente (7,6%) e Velho Chico (7%) na criação de bovinos; Portal do Sertão (25,2%), Recôncavo (13,3%), Bacia do Rio Grande (11,4%) e Sudoeste Baiano (6,9%) para criação de galináceos; Sertão Produtivo (11,7%), Sudoeste Baiano (9,9%), Velho Chico (7,4%) e Bacia do Rio Corrente (6%) são os principais responsáveis na criação de suínos na BA; Sertão do São Francisco (47,3%), Sisal (12,6%), Itaparica (7,7%) e Semiárido Nordeste II (5,6%) na produção de ovinos; Sertão do São Francisco (62%), Itaparica (12%), Sisal (7%) e Irecê (2,6%) com os maiores rebanhos de caprinos; e, por último, o TI Médio Sudoeste da Bahia (7,3%) com maior quantitativo de equinos.

Além disso, há o cultivo de florestas para manejar as madeiras, prática conhecida como “silvicultura”, destinados para a produção de papel e celulose, TI responsáveis são; Sudoeste Baiano, Litoral Sul, Litoral Norte e Agreste Baiano, Médio Rio de Contas, Metropolitano de Salvador, Recôncavo e Costa do Descobrimento.

Para melhor entendimento do próximo tópico faz-se necessário retratar, de maneira mais detalhada, a caracterização do TI Semiárido Nordeste II que é composto pelos municípios de

Adustina, Antas, Banzaê, Cícero Dantas, Cipó, Coronel João Sá, Euclides da Cunha, Fátima, Heliópolis, Jeremoabo, Nova Soure, Paripiranga, Pedro Alexandre, Ribeira do Amparo, Ribeira do Pombal, Santa Brígida e Sítio do Quinto.

Além dos municípios supramencionados, também integra a TI Semiárido Nordeste II a cidade de Novo Triunfo, que se afigura como município metodologicamente recortado como particularidade a ser analisada no objeto de estudo, que se delimita como a produção e trabalho rural no semiárido da Bahia. O recorte destacadamente dado ao município de Nova Triunfo se coloca como procedimento de estudo de caso, mas, sobretudo, como forma de particularizar a realidade local dentro da universalidade que diz respeito ao “sertão baiano”.

Todos os municípios do TI Semiárido Nordeste II estão inseridos na região do Semiárido com a presença de áreas da Caatinga, ocupando uma área de 15.982 Km², equivalente a 2,8% do estado da Bahia, locais em que vivem 407.886 habitantes, sendo que “44,9% residem no meio urbano e 55,1% no meio rural”. (SEI, 2018, p.18)

Sobre a produção rural direcionada à agricultura, na região há “(...) cultivo de feijão, milho e mandioca, pastagem, palma forrageira e policulturas irrigadas. Ocorrem ainda atividades agropastoris, cultivo de castanha de caju, policulturas comerciais de mandioca, algodão e manga, mamona e sisal, em Euclides da Cunha e Jeremoabo.” (BRASIL *et al*, 1981-1982 e BAHIA *et al*, 2013 *apud* SEI, 2018, p. 13). Os municípios que compõem este TI retratam especificidades econômicas e sociais, como também, na produção rural.

2.2 Dados da produção rural no Município de Novo Triunfo

A história do município de Novo Triunfo e sua fundação possuem elementos da colonização, pois habitavam nessa região as tribos Cariacás que advém da população indígena tupinambás, que também foram escravizados e expulsos de suas terras, subjugados pelos missionários.

Uma questão que se pode mencionar a respeito da particularidade da questão agrária no município, no processo de povoamento após a chegada dos portugueses no Brasil a população indígena ter vivenciou conflitos em torno da posse da terra, é fato histórico que existem registros de expulsão desses povos tradicionais em decorrência de briga por terras entre os indígenas que habitavam a região e os donatários⁷ da época.

⁷Era a figura masculina ou família responsável por administrar os territórios da colônia Portuguesa, neste caso, os territórios brasileiros. Apesar de não serem propriamente donos dessas terras, eles usufruíam

A pesquisa sobre a formação histórica de Novo Triunfo indica que: “[...] histórias remotas nos reportam ao tempo do Brasil Império em que Novo Triunfo fazia parte da grande sesmaria doada pelo reino de Portugal a Garcia D’Ávila.” (IBGE, s.d)⁸. Posteriormente, originou-se uma fazenda chamada Guloso que por sua vez abrigava os tropeiros, homens responsáveis pela comercialização e circulação da riqueza produzida pela colônia, eles interligavam os polos econômicos da antiga colônia que utilizavam como meio de transporte; os animais como, por exemplo, as mulas.

[...] os tropeiros contribuíram para a formação de um mercado interno, ligando as zonas rurais às áreas urbanas. A necessidade de transitar por locais de difícil acesso, percorrendo distâncias enormes, enfrentando terrenos íngremes e transportando cargas pesadas revelou a necessidade de estratégias adequadas a essas finalidades. Num período em que não existiam meios de transportes e cargas motorizado, nem tão pouco estradas dotadas de infra-estrutura que permitisse o trânsito seguro, o burro foi a solução ideal. (Jesus, 2009, p.19)

Logo, com o povoamento, os primeiros habitantes fundaram um povoado com a mesma nomenclatura “Guloso” pertencente ao município Antas. Apenas em 1990, que é “elevado à categoria de município e distrito com a denominação de Novo Triunfo, pela Lei Estadual n.º 4.846, de 24-02-1989, desmembrado de Antas.” (IBGE, s.d.)

O referido município brasileiro, Novo Triunfo, está localizado no interior do sertão baiano com distância de 360 km da capital do estado baiano, Salvador. Seu clima também é marcado pelo semiárido, sofrendo períodos de secas, possui uma área de 278 km², localidade onde residem aproximadamente 10.660 habitantes, sua densidade demográfica (habitantes por quilômetro quadrado) é de 38,28 hab./km² e uma média de 3,27 moradores por residência. (Censo, 2022)

Em relação à economia, o site oficial da câmara municipal de Novo Triunfo, no tópico “dados municipais”, aponta que o município tem como base econômica a “[...] **agricultura, pecuária**, comércio e serviços. Este último, é representado principalmente pelos serviços contratados pela Prefeitura Municipal, o que torna o órgão o principal gerador de empregos e faz com que os cidadãos ainda sejam dependentes de seus serviços.”

de todo bem natural, assim como, as posses sobre os territórios, chamados de “Capitanias Hereditárias”, tinham a finalidade de expandir, preservar e proteger o domínio da coroa portuguesa.

⁸ Fonte: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/novo-triunfo/historico>

O IBGE (2021) indicou que o PIB per capita de Novo Triunfo é de R\$6.729,14 anual, valor atribuído ao que cada habitante receberia, se a riqueza produzida no município fosse distribuída igualmente, um valor que equivale a R\$560,76 por mês em 2021.

Teoricamente, o salário mensal de um trabalhador é para suprir todas as suas necessidades básicas como, por exemplo, educação, alimentação, saúde, roupas, moradia, previdência, saúde e entre outros, é perceptível que os cidadãos de Novo Triunfo vivem em situação de pobreza, visto que no ano de 2021, conforme a Agência de Notícias do IBGE (2023), as pessoas que viviam com até 637,00 mensal podem ser enquadraram na linha de pobreza, com o percentual de 36,7% em todo o país.

A prática de agropecuária, neste município baiano, fornece uma área correspondente aos estabelecimentos agropecuários no total de 18.945 hectares. Esse dado está vinculado ao número de 1.195 estabelecimentos rurais. Enquanto as condições legais do produtor ou de posse sobre as terras, dentro deste último número, 946 estabelecimentos estão sob condições de propriedade privada, ou seja, esses estabelecimentos possuem proprietários com registro legais e regulatórios, que permitem serem nomeados proprietários dessas terras. Já os 246 estabelecimentos estão relacionados com consórcio e união de pessoas para o tratar do espaço rural. (IBGE, 2017)

Através do Censo Agropecuário (2017), o perfil social desses produtores de Novo Triunfo aponta que 961 são do sexo masculino enquanto as mulheres são 234. Dentro do total de 1.195 entrevistados, 821 declarou-se entre pardos e pretos. Destarte, sobre a frequência escolar; 325 produtores rurais nunca frequentaram a escola e apenas 174 concluíram o ensino médio. Acerca da faixa etária, 42,9% possuem entre 45 a 65 anos de idade.

No que diz respeito ao suporte para o trabalho produtivo ou produção rural desenvolvida nesses estabelecimentos, 1.012 afirmaram que não recebem assistência técnica, ou seja, constata-se a ausência do apoio do Estado à produção rural que se expressa sem a assistência de profissionais especializados para orientação do uso de terras, plantio e entre outros, dessa forma, o trabalho é desenvolvido através de conhecimentos adquiridos devido às experiências vivenciadas por esses produtores.

O quadro a seguir, mostra o quantitativo de trabalhadores rurais ocupados em Novo Triunfo e se possuem ou não vínculo familiar com o empregador.

Quadro 3 - Pessoal ocupado em estabelecimentos agropecuários em Novo Triunfo/BA.

Trabalhadores rurais do município de Novo Triunfo/BA.	2.219
com laço de parentesco com o produtor	1.883
sem laço de parentesco com o produtor	336

Fonte: Censo Agro (2017); elaboração própria.

A partir desse quadro, pode-se afirmar que a prática da agropecuária no município de Novo Triunfo, configura-se como agricultura familiar, visto que a maioria dos trabalhadores rurais exercem suas funções em propriedades dos seus familiares, apenas 336 pessoas trabalham sem laços de parentesco. Outro dado importante para análise é sobre, de acordo com Censo Agropecuário (2017), o envolvimento do trabalho infantil realizado por 37 crianças e adolescentes, todos menores de 14 anos, que exercem trabalho no campo, mais especificamente, nas roças de seus familiares.

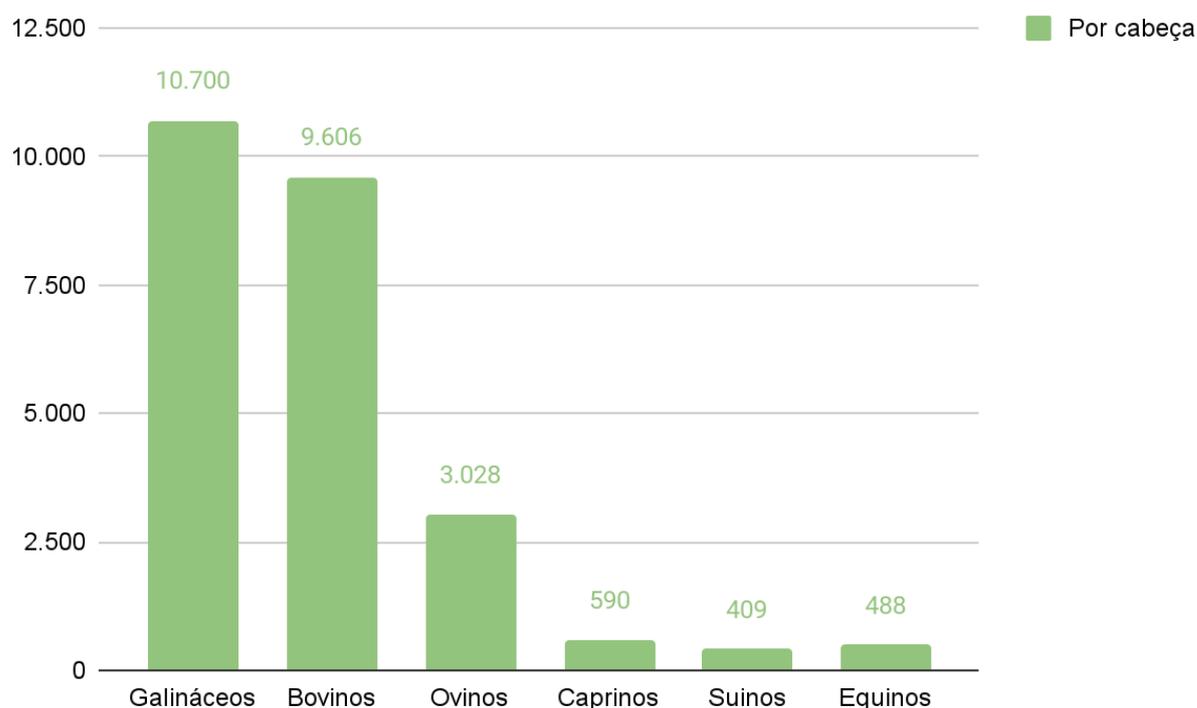
O fator econômico é determinante para compreender a perpetuação do trabalho infantil na produção rural, em especial nas regiões do semiárido, pois em regra geral decorrem do seio de famílias pauperizadas, em razão das contradições da sociabilidade capitalista e de um modelo socioeconômico atual que coloca essas famílias em ciclos de pobreza. Mas também, essa prática que fere o direito infante juvenil tem suporte na tradição e em sentidos ideoculturais.

[...] naturaliza a exploração do trabalho infantil, reproduzindo mitos que dignificam o trabalho infantil e negam a existência dos prejuízos que dele decorrem, da mesma forma, é responsável pela perpetuação do trabalho infantil na agricultura familiar. A reprodução geracional do trabalho desempenhado pelos pais durante a infância, além dos fatores políticos, relacionados à insuficiência de políticas de efetivação aos direitos fundamentais de crianças e adolescentes, assim como a dificuldade ao acesso escolar, são fatores que atuam de forma significativa no ingresso ao trabalho infantil na agricultura familiar. (Custódio e Cabral, 2019, p.12)

O ideário cultural sobre o trabalho infantil, presente sobretudo no meio rural, permite e naturaliza essa prática exploratória, sem tecer de críticas sobre a realidade social dessas famílias que por vezes precisam que todos os membros do seio familiar trabalhem para sobreviver, repetindo este ciclo de pobreza e de trabalho explorado.

No que diz respeito à pecuária, o município possui familiaridade com essa subárea da produção rural, pois os produtores familiares têm considerável inserção na área da criação de animais voltados a atender às necessidades alimentícias, como mostra no gráfico a seguir, que apontam os rebanhos mais comuns e nº de “cabeças” em Novo Triunfo.

Gráfico 1 - Efetivo de rebanhos em Novo Triunfo/BA (2023)



Fonte: IBGE (2023); elaboração própria.

É notório, que os animais que os trabalhadores rurais mais criam são; os galináceos e os bovinos. Animais criados necessariamente para o comércio e consumo, que servem tanto para o consumo da carne quanto para a produção de leite e ovos.

De outro lado, na subárea da produção agrícola de alimentos, os produtos agrícolas de maior cultivo ou cultura no município de Novo Triunfo são destacadamente grãos para atendimento de necessidades alimentícias humanas, a exemplo da cultura do feijão e do milho. Porém, como pode ser observado no quadro em seguida, o cultivo agrícola não está restrito no município às duas culturas destacadas.

Quadro 4 - Produção Agrícola em Novo Triunfo/BA no ano de 2023.

Cultivos	Área plantada por hectares (ha)	Quantidade produzida em tonelada (t)
Feijão	600 ha	120 t
Milho	5.200 ha	3.120 t
Fumo	40 ha	24 t
Mandioca	9 ha	81 t
Melancia	8 ha	40 t

Fonte: IBGE (2023); elaboração própria.

Os cultivos citados acima são caracterizados como de lavouras temporárias, ou seja, são plantios que precisam ser plantados novamente a cada colheita, normalmente, são culturas que possuem uma pequena ou média duração, em destaque, ao milho e feijão culturas bastantes presentes para a base de economia desses agricultores familiares, como já foi considerado. Apesar da atividade a agropecuária compor uma das bases econômicas do município, de fácil percepção no cotidiano dessa cidade baiana e como tem sido demonstrado na pesquisa, a agricultura e a pecuária apresentam dificuldades pela “falta de políticas públicas que favoreçam os agricultores locais. Essa situação vem se modificando, mesmo que lentamente, com o aumento de empréstimos para cultivo dos principais produtos locais.” (Gov.BR, Câmara Municipal)

Para análise das ações governamentais aplicadas na cidade de Novo Triunfo, em específico, as atividades desenvolvidas pela Secretaria de Agricultura, foram utilizados das publicações do principal meio de comunicação oficial da prefeitura de Novo Triunfo. São necessárias essas ações junto com os agricultores familiares locais para o desenvolvimento rural.

Na pesquisa no canal de comunicação oficial à respeito das atividades, ações, projeto, iniciativas, dentre outras que são pertinentes ao Poder Público Municipal quanto à produção rural, constatou-se o seguinte:

- Ação de qualificação profissional: “secretário de agricultura de Novo Triunfo participa de curso de regularização fundiária”;
- Inscrição do Garantia Safra, emissão e renovação do Cadastro Nacional da Agricultura Familiar (CAF) em 2023,
- Distribuição de carga de palma forrageira, como parte do kit produtivo de bovinocultura leiteira e caprinocultura;
- Reuniões com empresas para parcerias para captação de recursos;

- Formação e qualificação por meio de palestras com as seguintes temáticas “BIOMINERAÇÃO: Tecnologias sustentáveis que aumentam a produtividade e qualidade de plantio com baixo custo”, direcionado a agricultores locais;
- Formação e qualificação através do Seminário de Apicultura do Seminário Baiano, para os produtores de mel.

A partir da observação das ações, iniciativas, suporte, dentre outros, que são realizados pelo Poder Público Municipal através de suas instâncias representativas, como a Secretaria de Agricultura, pode concluir que são pontuais, sem aprofundamento quanto às possíveis problemáticas do campo e não possuem devolutivas positivas ou negativas quanto a intervenção aplicado, contudo, é imprescindível a interferência da gestão pública para a garantia de direitos da população rural, de maneira, a amenizar as expressões da questão social e as dificuldades em que a produção rural familiar vivenciam com a ausência do Estado e das políticas públicas de sua responsabilidade.

2.3 O papel do Estado na produção rural

O Estado enquanto instituição classista que se coloca como ente regulador dos conflitos e ambiguidade de interesses das classes sociais, utiliza-se de mecanismos, como é o caso das políticas públicas, para amenizar ações que possibilitem uma reestruturação na base produtiva, nas relações de dominação/exploração de classe ou que interfira na hegemonia capitalista.

As políticas públicas constituem-se também como um mecanismo de regulação que o Estado faz uso no seu papel de regulação dos interesses entre as classes sociais, por isso, são fundamentais nas relações sociais capitalistas, fazendo-se sentir presente ou determinar diversos espaços da vida social. A importância da sua presença e determinação não é diferente no desenrolar da complexidade das relações sociais de produção e reprodução da vida no campo.

Também no meio rural as políticas públicas, ainda que quantidade menos visíveis, guardam essencialmente a importância de manutenção, desenvolvimento e amadurecimento das condições de produção e acumulação capitalista, de exploração da força de trabalho, de produção e realização do valor, bem como de reprodução das relações sociais.

Dado seu papel fundamental, as políticas públicas apresentam certa complexidade, particularidades e nuances. De caráter progressista, a nova Constituição de 1988, promulgada no Brasil como resultado da luta de interesses de classes e pressão popular, proporcionou uma

nova relação entre o próprio Estado e a sociedade civil, como também, implementou espaços que houvesse participação social e controle social das ações governamentais. Essa ação representa um espaço de diálogo para a população ou dos seus representantes, introduzindo-os ao acesso às instâncias de decisões como, por exemplo, na formulação, na gestão e controle das políticas públicas.

Diante dessa nova relação estabelecida, cidadãos envolvidos em questões políticas também foram reconhecidos como sujeitos de direitos, Grisa e Schneider (2014) afirmam que tal reconhecimento possibilitou que

[...] criaram-se regras e instrumentos de política pública que foram institucionalizados, e novos referenciais globais e setoriais orientaram as ações do Estado e permitiram redefinir regras e compreensões que afetaram mais ou menos as condições socioeconômicas da população, especialmente a do meio rural. (p.126)

A redemocratização representou um passo importante para mudanças direcionadas ao campo, seja no processo de permitir novos ideários sobre a questão agrária ou problemáticas agrárias, tal como em ações que minimizem a pobreza rural e programas para melhor distribuição de renda. Além disso, houve a necessidade de definir quem são os agricultores familiares para delimitar o público-alvo de ações, políticas e programas do Poder Público.

Os pequenos agricultores, em específico no ano de 1995, foram contemplados com a criação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura (PRONAF) que promoveu e estabeleceu a necessidade de políticas públicas voltadas para este segmento social, incentivando o desenvolvimento rural, financiados através de empréstimos bancários que proporciona a compra de insumos, matérias, maquinários e entre outros para impulsionar na produção. Como também, outros órgãos públicos foram criados para administrar e planejar o desenvolvimento rural como, por exemplo, houve a criação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) em 1999 e no ano de 2001, no interior deste mesmo ministério, instaurou a Secretaria da Agricultura Familiar (SAF). Já em 2006 a Lei da Agricultura Familiar é regulamentada, esta lei é responsável por conceituar esta categoria social e demarcar as políticas públicas para grupos sociais do campo. (Grisa e Schneider, 2014)

Apesar dessas mudanças efetivas, nas políticas públicas ocorrem limitações e desafios ocasionados perante aos modelos tradicionais, conservadores e autoritários da sociedade. Há uma relação de domínio da classe elitista sob a classe trabalhadora, na qual a classe dominante consegue impor seus próprios interesses e privilégios no desenvolvimento de políticas públicas,

dessa forma, o campo político apresenta-se como palco de conflitos de interesses e ideias por essas duas classes sociais. Os direitos sociais da população ainda são discutidos e aplicados, contando que não comprometam os interesses econômicos e políticos do agronegócio. Esta disputa define o

[...] referencial de política pública como a materialização das ideias em instrumentos e na organização geral da política pública. Trata-se dos instrumentos que tornam efetiva a ação do Estado a partir das diferentes representações de mundo e dos problemas públicos construídos pelo conjunto de atores envolvidos na elaboração das políticas públicas. Este referencial é objeto de negociação permanente entre os protagonistas das trocas políticas, sendo suscetível de inclusões, recortes e transformações em função das relações de força e dos objetivos políticos dos diferentes atores envolvidos na construção da política pública. (Fouillx *et al*, 2003 *apud* Grisa e Schneider, 2014, p. 127-128)

Dessa forma, é necessário um governo baseado na participação e democratização da coisa pública, principalmente, na produção de uma gestão territorial que incorpore o cidadão com o desenvolvimento local. Com a intencionalidade de transferir as responsabilidades, podendo ser de cunho público ou de iniciativa privada, para que seja feito a democratização das ações do Estado e incentivo para a participação popular nas decisões na gestão das políticas públicas.

As primeiras iniciativas de incentivos do Estado para a produção rural foram de modernização tecnológica da agricultura, com o argumento que apenas assim obteria o desenvolvimento econômico do País. Ainda, “mesmo que diversos estudos comprovem que o crescimento econômico, por si só, não melhora as condições sociais, gerando pobreza e desigualdades, até hoje, o conceito de desenvolvimento encontra-se, de forma distorcida, articulado intimamente à economia”. (Esteva *et al*, 2000 *apud* Carvalho e David, 2011, p. 02-03). Essa iniciativa, da modernização do campo, tinha o apoio e principais beneficiários os donos dos latifundiários que tinham como enfoque a exportação.

Os sujeitos sociais coletivos formados, principalmente, pelos movimentos sociais (Ligas Camponesas, União dos Lavradores e Trabalhadores Agrícolas do Brasil, Movimento dos Trabalhadores Sem Terra, Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura – Contag), foram fundamentais para o debate de políticas públicas para os agricultores familiares que

fossem de cunho mais radical e que interferisse de fato na estrutura econômico e social brasileira, tendo o debate central a Reforma Agrária⁹.

Diante as ambas discussões, o Estado passou a executar um conjunto de condutas, como, por exemplo,

[...] crédito rural, garantia de preços mínimos, seguro agrícola, pesquisa agropecuária, assistência técnica e extensão rural, incentivos fiscais às exportações, minidesvalorizações cambiais, subsídios à aquisição de insumos, expansão da fronteira agrícola, e o desenvolvimento de infraestruturas. (Grisa e Schneider, 2014, p. 129)

As referidas ações governamentais se perpetuaram por 20 anos, tendo como beneficiários centrais os grandes e médios proprietários que residiam nas respectivas regiões Sul e Sudeste e tinha como principal função da produção para exportação, a monocultura (exemplo: trigo, soja, cana-de-açúcar e café) e atividades da agroindústria. Os sujeitos sociais coletivos do meio rural não conseguiam espaços para a tentativa de disputar as narrativas e implementações das políticas públicas, pois o referido período histórico era marcado pela Ditadura Militar, que impossibilitava manifestações contra ou de pressão sobre o governo, de modo a garantir conquistas sociais ou atenção aos interesses dos segmentos subalternos ou de trabalhadores no campo.

Apenas no final de 1970 ocorrem mudanças, devido à realização do II e III Congresso Nacional dos Trabalhadores Rurais, nos respectivos anos, 1973 e 1979. Organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) que retornou ao debate e de forma mais acirrada e crítica sobre “a defesa da reforma agrária, a demanda por políticas diferenciadas e por legislação trabalhista e críticas ao regime ditatorial tornaram-se constantes nas reivindicações dos representantes da agricultura familiar.” (Grisa e Schneider, 2014, p. 129) Apenas com a retomada da democracia e das movimentações dos novos agentes sociais como, por exemplo, da

[...] criação da Central Única dos Trabalhadores (CUT) em 1983 e, nesta, a conformação do Departamento Nacional de Trabalhadores Rurais (DNTR) em 1988; a constituição do Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST) em 1984; a institucionalização do Movimento dos Atingidos por Barragens

⁹ A reforma agrária, conforme definido pela Lei 4.504/64 - também conhecida como Estatuto da Terra, é um conjunto de medidas voltadas para a melhor distribuição da terra. Para atender aos princípios de justiça social e aumento de produtividade, essa distribuição se faz mediante modificações no regime de posse e uso. (Ministério do Desenvolvimento Agrário e Agricultura Familiar, 2024)

(MAB) em 1991, os quais vinham atuando desde o final da década de 1970, e a criação do Conselho Nacional dos Seringueiros (CNS) em 1985. Ainda que com objetivos ou ênfases distintas, as ações destes atores sociais tornaram visíveis as precárias condições de reprodução social dos pequenos produtores e, cada vez mais, reclamaram a intervenção do Estado na construção de políticas públicas adequadas às suas particularidades, destacando-se a reforma agrária e o crédito rural. (Grisa e Schneider, 2014, p. 130)

A abertura dessas discussões e mobilizações permitiram que os representantes da agricultura familiar participassem e impusesse demandas para a resolução ou até mesmo tornar ameno a precarização da realidade rural. Através da Lei Agrícola foi reconhecida a pluralidade da vida social no campo, levando em consideração questões socioeconômico, político, cultural, ambiental e territorial, assim como, permitindo a criação de política pública específica para os agricultores familiares. Mesmo sendo uma conquista legal, o Estado ainda privilegia o agronegócio e suas ações continuam voltadas para favorecer estes, em especial, nos anos 80, pois a política brasileira sofreu mudanças na sua organização

O processo de liberalização econômica – construído a partir das ideias de um novo referencial global (o neoliberalismo) para enfrentar a crise política e financeira das décadas de 1980 e 1990 – impôs novas estratégias e instrumentos para a ação governamental: redução da intervenção do Estado, desregulamentação das atividades econômicas, privatização de companhias estatais, liberalização dos mercados etc. (Grisa e Schneider, 2014, p. 130)

As mobilizações realizadas pelos representantes dos pequenos agricultores mostram-se resistentes perante ao atual modelo político-econômico, constantemente na tentativa de reivindicar seus direitos e por políticas públicas que olhassem de fato para a realidade desse grupo social. Como referência para essas reivindicações foi construído o documento “Propostas e recomendações de política agrícola para o pequeno produtor rural” no Ministério da Agricultura, do Abastecimento e da Reforma Agrária (MAARA). Presente neste documento, foi proposto a constituição de um “Programa Especial de Crédito para os Pequenos Produtores Rurais”, assim como outras medidas como, tal como

encargos financeiros, prazos, carências e formas de pagamentos específicos; a implantação de um seguro agrícola destinado exclusivamente à cobertura das explorações agropecuárias dos pequenos produtores rurais; (...) às políticas de crédito rural e seguro agrícola; e a criação no Maara de uma Secretaria específica que estabelecesse e coordenasse as políticas agrícolas diferenciadas. (Brasil, Maara/Contag *et al*, 1994 *apud* Grisa e Schneider, 2014, p. 131)

Somente em 1996, o Estado sob pressão desses agentes sociais e para manter a ordem social criou o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O presente programa foi organizado da seguinte maneira: “i) Crédito, linha esta que foi a principal em termos de volume de recursos (mais de 90% do total); ii) Infraestrutura e Serviços Municipais, que a partir de 2003 passou a ser deliberada em âmbito territorial; e iii) Capacitação.” (Silva, 2012, p.11). Atualmente, o PRONAF apresenta maior impacto na produção rural, de modo que seu exercício alcança todo o território brasileiro, considerado o programa de maior apoio a esta classe social e que aplica nos municípios mais pobres recursos monetários para impulsionar a economia local.

Quanto à participação da agricultura familiar na economia brasileira, Guilhoto *et al.* (2007) apontam que a produção familiar não somente é um fator de desaceleração do fenômeno do êxodo rural e fonte de recursos para famílias de rendas menores, como também possui importante contribuição para a geração de riquezas. (Silva, 2012, p. 11)

Associadamente, o PRONAF tornou-se base para a criação e ampliação de programas direcionados à produção da agricultura familiar.

Um deles é a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER), surgida em 2003, com o objetivo de reestruturar o sistema de assistência técnica no Brasil tendo como foco as propriedades rurais familiares. Outro programa é o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), surgido no interior do Fome Zero em 2003, que permite a compra pública de produtos de agricultores familiares, a preços estabelecidos pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB), para doação a organizações de assistência social, merenda escolar ou formação de estoques. Além dessas, outros programas de seguro agrícola e de transferência de renda também possuem impacto sobre a renda das famílias rurais brasileiras. (Silva, 2012, p.15)

As políticas públicas focalizadas na produção rural, sobretudo na agricultura familiar, enfrentam percalços periodicamente, seja pela disputa de poderes, ambíguos interesses e sucateamentos pelo Poder Público. Por vezes, a questão agrícola é apontada como fator primordial para o recebimento dos recursos públicos, renunciando as expressões da questão social presente no campo, exemplo dos conflitos por terra e água, violências, desapropriação, concentração de terras, mercantilização do trabalho e dos recursos naturais, assim como, a

degradação da mesma. Outras vezes, a pobreza rural e dos seus trabalhadores são tratados apenas como compromisso da Política Nacional de Assistência Social (PNAS) e seus programas sociais de modo compensatório devido a negligência estatal sobre os agricultores familiares. As políticas públicas, habitualmente, apresentam ineficiência para enfrentar a desigualdade social, decorrente da própria estrutura econômica brasileira que prejudica na justa distribuição de renda e recursos, funcionando de maneira a abrandar as expressões da questão social e em conjunto com a realidade do campo.

A pobreza e a desigualdade rural abrandaram com as políticas de ações sociais com caráter compensatório como, por exemplo, o Programa Bolsa Família que desempenha um papel importante um papel importante

nas regiões rurais do País, como a região do semiárido nordestino. Neste sentido, nem sempre de forma planejada e deliberadamente intencional, as políticas sociais e assistências acabaram tendo repercussões sobre o desenvolvimento rural sob um viés que não é da inclusão produtiva ou pela ativação do mercado de trabalho. (Grisa e Schneider, 2014, p.137)

Com maior impacto no semiárido nordestino, as políticas sociais não garantiram êxito na admissão dos/das trabalhadores/as rurais no mercado de produção, mas suas ações atingiram positivamente os segmentos mais vulneráveis desta classe trabalhadora. Resultado esse que as políticas agrícolas anteriores não conseguiram alcançar. Contemporaneamente, as principais políticas públicas efetivadas para o desenvolvimento rural, em especial a agricultura familiar, no semiárido nordestino são as seguintes: PRONAF, Programa Nacional de Agroecologia e Produção Orgânica (PNAPO), Luz para todos, Programa Cisternas e Assistência Técnica Rural (ATER) e entre outros.

Já no semiárido baiano, o Projeto Pró-Semiárido ganha notoriedade, o Governo da Bahia adota a ação de erradicar a pobreza rural com o foco nos municípios com menor Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), responsável pelo índice de bem-estar populacional, propõe investir e disponibilizar serviços ao utilizar o empréstimo nos acordos com Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola (FIDA), com a promessa de

Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) contínua e especializada; Fomento às atividades de segurança hídrica e de produção sustentável; Agroindustrialização e comercialização da produção; e Acesso às políticas públicas para o meio rural e a Agricultura Familiar (Pronaf, Água para Todos,

Luz para Todos, Minha Casa Minha Vida, PAA, PNAE, Cefir, Regularização Fundiária, Garantia Safra, entre outros). (BAHIA, [s/d])¹⁰

É notório o aumento significativo de políticas públicas voltadas para o meio rural, ainda quando “a eficiência delas em alguns parâmetros deixa a desejar, destacando-se o elevado analfabetismo, não universalização do acesso à energia elétrica, o baixo percentual de irrigação, a baixa produção orgânica e a quase ausência de ATER nos estabelecimentos rurais.” (De Carvalho e Gomes, 2022, p.2288)

Os mesmos autores apontam que as políticas públicas são prejudicadas ao não considerar a heterogeneidade do meio rural, impossibilitando a sua eficiência e adesão à comunidade local. É necessário entender as dimensões e as funções da agricultura familiar em determinado espaço geográfico, social, econômico e cultural para definir estratégias para proveito das políticas públicas. Assim, os trabalhadores rurais gozariam sobre o acesso a renda e recursos necessários para sua própria reprodução socioeconômica.

Diante ao que foi exposto, é perceptível a importância da agricultura familiar, seja no quesito empregatício ou na responsabilidade de produção alimentícia voltada para o mercado interno. Apesar de todas as violações de direitos, exploração de trabalho, expropriação de terras e violências sofridas, os agricultores familiares brasileiros representam um potencial para a resolutividade da pobreza rural e destruição dos recursos naturais. Mesmo com ineficiência do Estado para o incentivo das produções locais, os camponeses resistem e sobrevivem pelo trabalho realizado no campo, ao cultivar seu próprio alimento, assim como, comercializar o seu plantio.

Diante ao que foi exposto, é perceptível a importância da agricultura familiar, seja no quesito empregatício ou na responsabilidade de produção alimentícia voltada para o mercado interno. Apesar de todas as violações de direitos, exploração de trabalho, expropriação de terras e violências sofridas, os agricultores familiares brasileiros representam um potencial para a resolutividade da pobreza rural e destruição dos recursos naturais. Mesmo com ineficiência do Estado para o incentivo das produções locais, os camponeses resistem e sobrevivem pelo trabalho realizado no campo, ao cultivar seu próprio alimento, assim como, comercializar o seu plantio.

¹⁰ Fonte: <https://www.car.ba.gov.br/projetos/pro-semiarido>

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho discutiu as condições de produção e trabalho no campo do semiárido baiano, para entender essa realidade foi preciso inteirar-se sobre a formação sócio-histórica e econômica brasileira, em especial, a produção e reprodução social no campo. Para identificar o objeto de estudo foi necessário levar em consideração temas como; a questão agrária enquanto fator constituinte e primordial para o capitalismo no Brasil, marcado pela concentração de terras, produção de monoculturas, o agroexportador e o agroindustrial.

É preciso mencionar também que a questão agrária juntamente com outros determinantes alicerça e retroalimenta as bases fundamentais das características da dependência da economia nacional, ou seja, reforça o seu caráter periférico e dependente no capitalismo mundial. Marcadores vigentes que ainda influenciam a estrutura fundiária, a realidade rural e a economia brasileira, determinado pela exportação de *commodities* (matérias-primas e/ou agrícola), responsável pela concentração de capital e, por conseguinte, para a desigualdade rural.

A história da formação socioeconômica brasileira e suas particularidades expõem aspectos de uma produção rural com características colonial e as modificações que foram realizadas (exemplos: uso da tecnologia, trabalho assalariado, propriedade privada e etc.) tinham o pretexto de atender os interesses do sistema capitalista, ou seja, a base da estrutura fundiária continua sendo a concentração de terras, diferente de outros países que realizaram a Reforma Agrária.

A realidade do trabalhador rural apresentada é marcada pelo latifúndio, pela exploração do trabalho, a expropriação da terra e os seus recursos naturais, precarização da produção e os conflitos sociais no campo. A terra vista como propriedade privada e de valor, impossibilita a população rural de acessar esse bem que garantiria sua reprodução de maneira digna, o não acesso às terras permite a perpetuação da pobreza rural, do analfabetismo, do trabalho infantil e das violações de direitos sociais e trabalhistas. Apesar de todo aparato legal que garante que o trabalhador rural detenha condições dignas de trabalho, observa-se nos seus locais laborais o descumprimento e fragilidade da fiscalização dessas leis. Nota-se a relação intrínseca entre o Estado e o Mercado econômico, pois o primeiro funciona como um mecanismo para legitimar, aparar e beneficiar a classe social dominante.

De acordo com o debate, pode-se concluir que a questão agrária no Brasil se manifesta como essencial para o processo de acumulação capitalista. Sendo determinante para os conflitos sociais no campo, a estrutura fundiária ainda presente na contemporaneidade, possibilita a expropriação de terras e a exploração do trabalhador rural.

A pauperização rural escancara a luta entre as classes sociais, mais a desigualdade regional, a desvalorização dos pequenos proprietários e/ou dos assalariados, a culpabilização atribuída ao próprio indivíduo e a marginalização da produção da agricultura familiar, exemplo do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) que sofrem ataques de calúnia por parte da mídia social e a sociedade civil, apesar de serem resistência dessa ordem social vigente.

A produção rural e suas condições possuem especificidades de acordo com o país, região, estado e município, como foi mostrado no decorrer do trabalho. Posteriormente, é debatido as nuances e essas particularidades do meio rural, sobretudo, no semiárido nordestino e baiano, e em especial no município de Novo Triunfo. Nesses locais foram apresentados a atividade da agricultura familiar e as políticas públicas voltadas para o desenvolvimento rural. A agricultura familiar e/ou pequeno proprietário no Brasil, conforme a necessidade de sobreviver sob a imposição do capitalismo, vive a dualidade de ser o proprietário e trabalhador assalariado.

Apesar do semiárido, por vezes, ser expresso como uma unidade, as relações de produção e trabalho no seu interior mudam por determinada região ou Território de Identidade. Exemplificando, o estado da Bahia possui a maior parte do seu território inserido no sertão e no seu clima mais seco. Estes municípios baianos encontram-se, geograficamente, no semiárido e possui, economicamente, a produção agrícola voltada, principalmente, para o cultivo de soja, algodão e milho, como também tem papel importante no setor de fruticultura e na prática da pecuária.

Contudo, o estado da Bahia mantém, em números alarmantes, a concentração de terras e renda, o que demonstra a presença fortificada do agronegócio. A realidade rural apontada mostra a necessidade de valorizar a agricultura familiar baiana, visto que esse segmento social denota uma alternativa para o desenvolvimento econômico, social e cultural para a população rural, além de ser uma opção mais sustentável para o meio ambiente. Sendo uma atividade agrícola que vai de contramão do agronegócio, pois detém atributos para a resolução da pobreza rural, visto que são os maiores empregadores dos trabalhadores rurais assalariados e os responsáveis para o mercado interno de alimentação. Porém, os segmentos da classe trabalhadora rural no semiárido são afetados: pela precarização e frágil acesso e posse de terras; cultivo e plantio realizado de forma ainda arcaica, isso, pela dificuldade de comprar insumos, máquinas agrícolas e outros produtos do agroindustrial; e ações governamentais ainda insuficientes para suprir as necessidades dos agricultores familiares.

Isto, agrava-se quando levamos em consideração a região na qual estão inseridos estes trabalhadores, como foi discutido, o semiárido nordestino e o baiano, ocorre mistificação sobre

a seca, dito como o causador da pobreza rural, mas que foi mostrado que as consequências são devido a concentração de terras, políticas públicas que beneficiam o agronegócio, a luta entre as classes sociais pelo acesso a água e terra, desprovimento de bens, serviços, renda, qualificação profissional e tecnologia para os agricultores familiares.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE. **Pobreza cai para 31,6% da população em 2022, após alcançar 36,7% em 2021.** Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/38545-pobreza-cai-para-31-6-da-populacao-em-2022-apos-alcancar-36-7-em-2021#:~:text=Opercentualdepeessoasemextremapobrezaousejaque,316em2022>. Acesso em: 14 de ago. de 2024.

BAHIA. **Divisão territorial da Bahia.** Disponível em: <https://www.ba.gov.br/cultura/314/divisao-territorial-da-bahia>. Acesso em: 25 de ago. 2024

BAHIA. **SEI analisa dados do IBGE sobre Indicadores Sociais na Bahia.** Disponível em: [https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2579:sei-analisa-dados-da-pnad-continua-sobre-indicadores-sociais-na-bahia&catid=10&Itemid=722&lang=pt#:~:text=O%20C3%ADndice%20de%20Gini%20baiano,capital%2C%20Salvador%20\(0%2C553\).>](https://sei.ba.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2579:sei-analisa-dados-da-pnad-continua-sobre-indicadores-sociais-na-bahia&catid=10&Itemid=722&lang=pt#:~:text=O%20C3%ADndice%20de%20Gini%20baiano,capital%2C%20Salvador%20(0%2C553).>) Acesso em: 29 de set. de 2024.

_____. **Lei nº 13.214, de 29 de dezembro de 2014.** Dispõe sobre os princípios, diretrizes e objetivos da Política de Desenvolvimento Territorial do Estado da Bahia, institui o Conselho Estadual de Desenvolvimento Territorial – Cedeter e os Colegiados Territoriais de Desenvolvimento Sustentável – Codeter's. Diário Oficial do Estado, Poder Executivo, Salvador, BA, a. XCIX, n. 21605, seção 1, p. 06-08, 30 de dezembro de 2014

BARROCO, Maria Lucia Silva. **Ética e Serviço Social: fundamentos ontológicos.** São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Ética: fundamentos sócio-históricos.** 3. ed. São Paulo: Cortez, 2010.

BRASIL, **Lei nº 601, DE 18 de setembro de 1850.** Dispõe sobre as terras devolutas do Império.

BRASIL. **Decreto nº 12.354, de 15 de dezembro de 2010.** Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/legislacao/1024959/decreto-12354-10>. Acesso em: 15 de ago. de 2024

BRASIL. **Instituto do Semiárido – INSA, 2023.** Disponível em; <https://www.gov.br/insa/pt-br/semiario-brasileiro>. Acesso em: 13 set. 2023.

BRASIL. Secretaria de Comunicação Social. **No Brasil, 9,6 milhões saíram da condição de extrema pobreza em 2023.** 2023. Disponível em: <<https://www.gov.br/secom/pt-br/assuntos/noticias/2024/07/no-brasil-9-6-milhoes-sairam-da-condicao-de-extrema-pobreza-em-2023>>. Acesso em: 22 de ago. de 2024.

CAMARA MUNICIPAL DE NOVO TRIUNFO. **Dados municipais.** Disponível em: <https://www.camaranovotriunfo.ba.gov.br/site/dadosmunicipais>. Acesso em: 10 de nov. 2024

CENSO AGRO 2017: população ocupada nos estabelecimentos agropecuários cai 8,8%. Agenda de notícias IBGE. 25/10/2019. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/25789-censo-agro-2017-populacao-ocupada-nos-estabelecimentos-agropecuarios-cai-8-8>. Acesso em: 22 de ago. de 2024

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA (CPT) divulga dados parciais de conflitos no campo brasileiro do 1º semestre de 2023. Conselho Indigenista Missionário. 10/03/2023. Disponível em: <https://cimi.org.br/2023/10/comissao-pastoral-da-terra-cpt-divulga-dados-parciais-de-conflitos-no-campo-brasileiro-do-1o-semester-de-2023/> > Acesso em: 05 de ago. 2024

CUSTÓDIO, André Viana; CABRAL, Maria Eliza. **Trabalho infantil na agricultura familiar: uma violação de direitos humanos perpetuada no meio rural**. Revista Jurídica em Pauta, v. 1, p. 1-13, 2019.

CARVALHO, Ananda De; DAVID, Cesar De. **POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O CAMPO E DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL**. 22. ed. Rio de Janeiro: Geo UERJ, 2011. v. 1. ISBN ISSN 1981-9021.

DE CARVALHO, D. A. F.; GOMES, J. M. A. . **Análise das políticas públicas para a agricultura familiar no semiárido nordestino brasileiro**. Revista de Gestão e Secretariado, [S. l.], v. 13, n. 4, p. 2271–2295, 2022. DOI: 10.7769/gesec.v13i4.1472. Disponível em: <https://ojs.revistagesec.org.br/secretariado/article/view/1472>. Acesso em: 30 de jan. 2025

DIEESE. **Em 2021, cesta básica aumenta em todas as capitais**. 07/02/2022. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/analisecestabasica/2021/202112cestabasica.pdf>. Acesso em: 24 de set. de 2024

FOLHA DE S.PAULO. **Na Bahia, redução da miséria esbarra nos desafios do semiárido**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/treinamento/2011/07/940843-na-bahia-reducao-da-miseria-esbarra-nos-desafios-do-semiarido.shtml>. Acesso em: 26 de set. de 2024.

FURTADO, C. **Formação econômica do Brasil**. São Paulo: Publifolha, 2000.

GRISA, Catia; SCHNEIDER, Sergio. **Três Gerações de Políticas Públicas para a Agricultura Familiar e Formas de Interação entre Sociedade e Estado no Brasil**. Piracicaba-SP: RESR, 2014. 125-146 p. v. 52.

GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. **Projeto do Governo da Bahia para o desenvolvimento rural é classificado como o melhor do mundo**. 2020. Disponível em: [http://www.adab.ba.gov.br/noticias/projeto-do-governo-da-bahia-para-o-desenvolvimento-rural-e-classificado-como-o-melhor-do-mundo/#:~:text=Projeto do GovernodaBahia para o,de Desenvolvimento Agrícola \(FIDA\) agência de desenvolvimento](http://www.adab.ba.gov.br/noticias/projeto-do-governo-da-bahia-para-o-desenvolvimento-rural-e-classificado-como-o-melhor-do-mundo/#:~:text=Projeto do GovernodaBahia para o,de Desenvolvimento Agrícola (FIDA) agência de desenvolvimento). Acesso em: 13 de jan. de 2015.

GONÇALVES, R. **Quando a questão racial é o nó da questão social**. Florianópolis, v. 21, n. 3, p. 514-522, set./dez. 2018.

IBGE, **Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos**. 2017.

IBGE. **Censo Demográfico 2022**. Disponível em: Censo Demográfico 2022. Acesso em: 10 de set. de 2024

IBGE. **Novo Triunfo: dados municipais**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/novo-triunfo/pesquisa/24/76693>. Acesso em: 03 de out. de 2024

IBGE. **Produção Agrícola Municipal 2023**. Rio de Janeiro, 2024

IBGE. **Produção da Pecuária Municipal 2023**; Rio de Janeiro, 2024

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil 1998**. Rio de Janeiro, 1999.

JESUS, Denise. **Tropas e Tropeiros: influencias socioeconomicas e cultural no Recôncavo Sul**. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Licenciatura em História) - Universidade Estadual de Feira de Santana, 2009

MARICATO, Ermínia. **Para entender a crise urbana**. 1ª ed - São Paulo: Expressão Popular, 2015.

MARQUES, M. I. M. **O conceito de espaço rural em questão**. Terra Livre, [S. l.], v. 2, n. 19, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.agb.org.br/terralivre/article/view/160>. Acesso em: 12 set. 2023.

MARX, Karl. **Formações Econômicas Pré-capitalistas**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política, v. 2, t. 2**, trad. Regis Barbosa e Flávio R. Kothe, 3.ª ed., São Paulo, Nova Cultural, 1988.

MST. **São muitas terras em poucas mãos**. 2020. Disponível em: <https://mst.org.br/2020/10/01/sao-muitas-terras-em-poucas-maos/#:~:text=EstudosdoCensoAgropecuáriode>. Acesso em: 13 de out. de 2024

NETTO, José Paulo. **Capitalismo e barbárie contemporânea**. Argumentum, [S. l.], v. 4, n. 1, p. 202–222, 2012. DOI: 10.18315/argumentum.v4i1.2028. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/2028>. Acesso em: 17 abr. 2024.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e Serviço Social: Uma análise do Serviço Social no Brasil pós 64**. São Paulo: Cortez, 2002.

OLIVEIRA, Francisco. **Elegia para uma religião: sudene, nordeste, planejamento e conflitos de classe**. 2a ed. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1977.

PENSAR A BAHIA. **Fome e Pobreza na Bahia**. 12/03/2024. Disponível em: [https://pensarabahia.estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/?p=2070#:~:text=Mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20estado%20\(57%2C7%25\),2021%3B%20PPC%20de%202017](https://pensarabahia.estudoscolaborativos.sei.ba.gov.br/?p=2070#:~:text=Mais%20da%20metade%20da%20popula%C3%A7%C3%A3o%20do%20estado%20(57%2C7%25),2021%3B%20PPC%20de%202017)>. Acesso em: 26 de set. de 2024

PEREIRA, Cristiane de Souza. **O agronegócio e os impactos sociais, ambientais e econômicos no Assentamento Olga Benário - Mossoró/RN**. 2024. 51 f. TCC (Graduação) -

Curso de Licenciatura em Educação do Campo, Centro Acadêmico da LEDOC, Universidade Federal Rural do Semi-Árido - UFERSA, Mossoró/RN, 2024.

PERES, Marcos. Um movimento social do semiárido? A Articulação do Semiárido Brasileiro entre a sustentabilidade e a reforma agrária. In: **Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores**, 2. 2017 Pelotas/RS – Brasil. [Anais]. São Paulo: USP, 2017, p. 01-17.

RIGOTTO, Raquel Maria; AGUIAR, Ada Cristina Pontes Aguiar. Modelo produtivo do agronegócio, agrotóxicos e saúde humana. In: MIDITIERO, J.; GARCIA, M.; VIANA, P. (Org.). **A questão agrária no século XXI: escalas, dinâmicas e conflitos territoriais**. 1a ed. São Paulo, SP: Outras Expressões, 2015. p. 520.

SANTOS, Josiane Soares. **“Questão Social”: particularidades no Brasil** - São Paulo: Cortez, 2012.

SÃO JOSÉ, Rafael Vinicius de *et al.* **Risco de seca no semiárido baiano**. Mercator, Fortaleza, v. 22, dez. 2023. ISSN 1984-2201. Disponível em: <http://www.mercator.ufc.br/mercator/article/view/e22024>. Acesso em: 29 de out. de 2024

IEDO, B.; PEDRO, C. **Semiárido brasileiro: pesquisa, desenvolvimento e inovação** - Petrolina: Embrapa Semiárido, 2010.

SILVA, J. F. G. da (Coord.). **Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira**. São Paulo, HUCITEC, 1978. (Estudos Rurais)

SILVA, Jetson Lourenço Lopes da. **Metamorfoses programáticas no MST: inflexões político-estratégicas na conjuntura do “novo desenvolvimentismo” no Governo Lula**. Orientador: Prof. Dr. Marco Antônio Mondaini de Souza. 2019. 324 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2019.

SILVA, R. M. A. **Entre o combate à seca e a convivência com o Semiárido: transições paradigmáticas e sustentabilidade do desenvolvimento**. Tese (doutorado) UnB, Brasília, 2006.

SILVA, S. P. **Políticas públicas, agricultura familiar e desenvolvimento territorial**. Cadernos Gestão Pública e Cidadania, São Paulo, v. 16, n. 58, 2012. DOI: 10.12660/cgpc.v16n58.3565. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/cgpc/article/view/3565>. Acesso em: 28 de jan. 2025.

SILVEIRA, Sandra Maria Batista. **A geopolítica da sede no Brasil: um estudo sobre água e pobreza no campo**. Orientador: Prof.^a Dr.^a Maria das Graças e Silva. 2017. 226 p. Tese (Doutorado em Serviço Social) - Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2017.

SILVEIRA, S.; SILVA, M. **Conflitos socioambientais por água no Nordeste brasileiro: expropriações contemporâneas e lutas sociais no campo**. Revista Katalysis, v. 22, p. 342-352, 2019.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO SUL DA BAHIA. **UFSB tem atuação permanente na política territorial da Bahia**. 21/12/2021. Disponível em: <https://ufsb.edu.br/proex/ultimas->

noticias/ufsb-tem-atuacao-permanente-na-politica-territorial-da-bahia#:~:text=ALeiEstadualn.,osColegiadosTerritoriais(CODETERs). Acesso em: 02 de set. 2024.

WANDERLEY, Maria De Nazareth Baudel. **O Campesinato Brasileiro: uma história de resistência**. 1. ed. Piracicaba-SP: RESR, 2014. 25-44 p. v. 52.

WEISHEIMER, Nilson; ARAÚJO, Michelle Sena Rosa de; LEHER, Roberto. **Questão agrária, formação social brasileira e dependência**. *Princípios, [S. l.]*, v. 41, n. 163, p. 240–265, 2022. DOI: 10.4322/principios.2675-6609.2022.163.010. Disponível em: <https://revistaprincipios.emnuvens.com.br/principios/article/view/177>. Acesso em: 9 abr. 2024.

WEISHEIMER, Nilson. **A construção social da juventude**. In: Universidade Luterana do Brasil. *Sociologia da Juventude*. Curitiba: Ipbex, 2008.